

**ATA N.º 04/2019**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 27 de junho de 2019.-----

----- Aos 27 dias do mês de junho de 2019, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

2 - Proposta de atribuição de um Voto de Louvor ao Dr. Cândido Ferreira;-----

3 - Alteração por adaptação da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios (PMDFCI) 2019-2018 / Para conhecimento;-----

4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murteide / Aquisição de terreno para Parque de Lazer e Estacionamento junto ao Edifício sede da Junta de Freguesia;-----

5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Passeio na Travessa das Caladas;-----

6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XVI Feira do Tremoço;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de pagamento à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Funcionamento dos Postos de Enfermagem;-----

- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XVI Feira do Tremoço;-----
- 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XVII Feira do Vinho e da Gastronomia;-----
- 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XIII Semana Cultural e Gastronómica da Freguesia da Sanguinheira;-----
- 12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença Especial de Ruído / Marchas Populares;-----
- 13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Marchas Populares e Baile de S. João;-----
- 14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento de Prova Desportiva / XIV Passeio de BTT e Caminhada Caminhos do Tremoço;-----
- 15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licenciamento de Prova Desportiva / 4.ª Corrida e Caminhada duas Léguas Gandaresas;-----
- 16 – Relação das isenções das taxas municipais concedidas durante o 1.º semestre de 2019 pela Câmara Municipal de Cantanhede / Para conhecimento;-----



17 - Apreciação, discussão e votação da proposta de aceitação da transferência de competências na CIM-RC nos domínios da saúde, da educação e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores;-----

18 - Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação da transferência de competências na Câmara Municipal nas áreas da educação, saúde, transportes em vias navegáveis e áreas portuárias;-----

19 - Apreciação, discussão e votação da proposta das competências das Freguesias – Manutenção Parcial do Município / Artigo 2.º, n.º 3 e n.º 4, artigo 5.º e artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;-----

20 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Póvoa da Lomba, a celebrar com a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, a Associação Bem-Estar Nossa Senhora das Neves e o Sporting Clube Povoense;-----

21 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede / Ano de 2019;-----

22 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento das Normas de Controlo Interno do Município de Cantanhede;-----

23 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede do ano económico de 2018;-----

24 - Apreciação, discussão e votação da 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2019.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, saudou todos os presentes e, de seguida, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e pedidos de substituição, tendo justificado as faltas da Sr.ª Maria Manuel Fael e do Sr. Rogério Marques, por motivos profissionais, bem como do Sr. José

Carlos Martins de Jesus e da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, por motivos pessoais, conforme documentos apresentados. Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha pelo seu Secretário Antero António Paiva e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, Euclides Vinagreiro pelo seu tesoureiro, Bruno Marques.-----

----- Informou de seguida que o Sr. João Parreiral, da bancada do PS, pediu novamente suspensão de mandato por 6 meses, sendo substituído pelo Sr. Artur Carvalhinho.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, informou que não tendo sido humanamente possível acabar a ata n.º 3/2019, da sessão ordinária realizada no passado dia 30 de abril, apenas será colocada a votação a ata n.º 2/2019 da sessão extraordinária realizada no dia 28 de março do corrente ano. Por parte dos presentes, não houve qualquer pedido de alteração à referida ata, a qual, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.---

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 1 de maio 2019 a 27 de junho de 2019, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Claudio Cardoso e em simultâneo, agradeceu a oferta de um bolo de Ançã, com a qual todos ficaram agradavelmente surpreendidos.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Claudio Cardoso, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão fez a seguinte intervenção: "*Em representação da Junta de Freguesia de Ançã, trago novamente a*

esta Assembleia o tema do bolo de Ançã, mas não trago apenas o tema, trago também o bolo. O bolo de Ançã que gentilmente vos quisemos ofertar, individualmente, que se encontra na vossa mesa, é uma das 7 Maravilhas Doces de Portugal. Este bolo de Ançã, património cultural da vila milenar de Ançã e do próprio concelho, faz parte da matriz identitária desta freguesia e é um património da mesma, cada vez mais valorizado. É um bolo com elevado reconhecimento regional, agora aumentando a sua projeção para nacional e que se pretende que vá ainda mais além promovendo, para além do bolo, a vila e o próprio concelho em si. O Bolo de Ançã, como sabem, dos 907 candidatos do concurso 7 maravilhas doces de Portugal, foi apurado, fazendo parte do lote dos 420 candidatos que passaram a uma 2ª fase. Destes o painel de especialistas votou e reduziu a uma lista final de 140 doces que avançam para a votação do público nas eliminatórias distritais, que se irá realizar num programa televisivo entre 20 de julho e o início de setembro a emitir em direto pela RTP - 1. É sem dúvida uma grande vitória para o nosso Bolo de Ançã, para a freguesia de Ançã e também para o concelho de Cantanhede, aliás, este é o único doce a concurso das 7 maravilhas Doces de Portugal do concelho de Cantanhede e logo o que granjeia pela sua singularidade e universalidade e reconhecido lugar de destaque no contexto nacional. A vitória está por isso garantida. É uma oportunidade de projeção e divulgação deste nosso bolo, da nossa vila e do concelho e uma oportunidade de acompanhar e estar de perto entre os melhores doces de Portugal. É um orgulho e por isso reiteramos a todas entidades parceiras na vida institucional, neste que é um doce território de excelência e reiteremos o pedido à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e a todas as bancadas políticas aqui representadas, o empenho nesta candidatura e na sua promoção através da votação do número do bolo, 760 107 101, que é o número do Bolo de Ançã na candidatura 7 Maravilhas Doces de Portugal.

Portanto, os números são todos iguais, muda os últimos 3, que é o 101. Portanto, temos uma capicua. A votação começa, salvo erro, a partir de amanhã, mas ainda não são dados muito oficiais. Está a ser anunciado neste momento na RTP-1. Ainda não foi o bolo de Ançã, o Bolo de Ançã será por volta das quatro e qualquer coisa, portanto, ainda não está anunciado este número, este número ainda não é público, mas fica já aqui este apontamento. Como sabem também, a Junta de Ançã, para além da promoção, que pretende fazer a valorização a defesa e salvaguarda deste património e, por isso para cumprir este móbil está em andamento, conforme também já foi aqui anunciado, um conjunto de ações das quais se destaca a inscrição do bolo de Ançã, património cultural e imaterial, registo da marca do Bolo de Ançã, convertendo fiscalização e proteção do nome e a criação de uma associação de boleiras. Para isso, claro que é necessário que os agentes políticos apoiem estas iniciativas e valorizem também este património, reconhecido hoje como potenciador do próprio turismo. Contamos com o município, como sempre, para este móbil, também por ser parte interessada, como é lógico. Reiteramos também o pedido anteriormente feito ao executivo do município e também a todas as bancadas aqui presentes, para que façam pressão junto dos órgãos oficiais a que pertencem, nomeadamente à CIM, aos próprios partidos políticos, para que sejam criadas de imediato os mecanismos de apoio que estão contemplados no próprio programa da Região Europeia da Gastronomia de 2021 do qual o distrito de Coimbra foi eleito, para que abra as candidaturas e vá promovendo também o que é estes doces, não só de Ançã mas também outra gastronomia que temos no próprio concelho, porque efetivamente como dizia Fialho de Almeida, "um povo que defende os seus pratos regionais, defende o seu território." -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou sobre o número de



chamadas que se podem fazer, se apenas uma ou várias e convidou todos os presentes a apelar aos seus contactos no sentido de votarem no bolo de Ançã, colocando assim Cantanhede, Ançã e o bolo de Ançã no mapa.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, chamando a atenção para a abstenção de votos que se verificou nas Eleições Europeias passadas e para o facto de que o assunto deveria ser objeto de reflexão, quer para quem ocupa cargos públicos, quer para os partidos políticos. Referiu que aqueles níveis de abstenção chegaram a ser vergonhosos, pelo que os partidos políticos têm a obrigação de a combater e de não fazer parte dela, uma vez que decorrente do seu envolvimento conseguem ainda ser agentes mobilizadores ou desmobilizadores de uma população. Acrescentou que, nestas eleições, a maior parte dos partidos políticos falhou, desresponsabilizando-se de uma forma grave. Referiu ainda que, em Ançã, dos partidos que habitualmente se fazem representar nas mesas eleitorais, a saber, Partido Social Democrata, Partido Socialista e CDU/PCP, apenas o Partido Social Democrata, enquanto partido político, se fez representar, quer na reunião de composição das mesas eleitorais, quer posteriormente nas mesas, quer na presença dos delegados nas respetivas mesas. Relativamente aos partidos PS e PCP, não compareceram na reunião destinada à composição das mesas eleitorais e, nesse mesmo dia, após contacto particular junto de anteriores responsáveis partidários das respetivas forças e dos atuais, nunca mostraram interesse na composição das mesas, por falta de elementos que a integrassem. No entanto, para garantir a pluralidade, o executivo da Junta de Freguesia convidou os elementos da Assembleia de Freguesia do PS para fazerem parte da mesa, o que veio acontecer com dois, mas a título pessoal e posteriormente, o Partido Socialista indicou um nome para fazer parte das mesas, que acabou por ser aceite e sugerido pela Junta de

Freguesia. Já o PCP, apesar de vários contactos, mostrou sempre indisponibilidade para fazer parte das mesas eleitorais, apesar de terem também convites pessoais dos elementos que frequentemente representavam esse partido nas mesas de eleições anteriores. Referiu ainda que também os delegados daqueles dois partidos falharam, pois nenhum delegado do PS se apresentou em nenhuma das mesas e do PCP apenas se apresentou um delegado que votou e se ausentou definitivamente. Considera que os partidos políticos devem assumir a sua responsabilidade, enquanto agentes catalisadores da democracia pelo que espera um maior empenhamento e mais responsabilidades em próximos atos eleitorais. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra à Sr.^a Andreia Domingues, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que em finais mês de junho e durante todo o mês de julho, irá decorrer na União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, a UEFACVCC - União de Eventos da Freguesia e Associações Culturais de Vilamar e Corticeiro de Cima, mega evento, que parte de uma iniciativa da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e que convida todas as Associações a promover as suas atividades, mostrando o resultado do seu trabalho anual, nomeadamente, a UCDAS do Corticeiro de Cima, o Grupo Etnográfico do Corticeiro de Cima, as Marchas de Vilamar e a Associação Desportiva de Vilamar. Acrescentou que começa nos dias 29 e 30 de junho, com a final do Inter-freguesias no Corticeiro de Cima, organizada pela UCDAS e com um jantar convívio de encerramento e animação musical. De seguida, no fim-de-semana seguinte, no dia 6 de julho as Marchas de Vilamar irão organizar uma noite de marchas populares no Largo da Igreja com animação durante toda a noite e no domingo, 7 de julho, será a festa religiosa de São Tomé, organizada pela Fábrica da Igreja de Vilamar. Na segunda-feira dia 8 será noite do Folk Internacional e a atuação do grupo Coral

Caetanense. Ainda no dia 14 de julho, no Corticeiro de Cima, decorrerá a Gala do Folk Internacional e a atuação do Grupo Etnográfico do Corticeiro de Cima e, para terminar, no dia 21 de julho em Vilamar, a Associação Desportiva de Vilamar irá promover um mega-almoço e um espetáculo de Hip-Hop pelos alunos de Vilamar, seguido de animação musical por toda a tarde. Finalmente, enquanto representante das Marcha de Vilamar, convidou todos os membros da Assembleia Municipal para aqueles eventos e a desfrutarem dos bons espetáculos culturais e musicais promovidas pela União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão teceu as seguintes considerações:

- A primeira relacionada com a saúde pública, nomeadamente, do perigo do amianto dos pavilhões que estão adjacentes ao Mercado Municipal. Afirmou saber que só é perigoso quando se está a retirar as placas, mas recordou que a tempestade LESLIE provocou estragos pelo que a questão do amianto tem sido referida pelas pessoas que utilizam aquele espaço, nomeadamente, em alturas de mercado. Assim, com a aproximação da Expofacic e como aquele espaço mais uma vez vai ser utilizado, considerou que seria a altura ideal para fazer alguma intervenção no mesmo e pelo menos, retirar o que ali está; - Decorrente de outra preocupação por parte de alguns munícipes, sugeriu que em caso de tempestade, as pessoas possam ter alguma informação por parte da Câmara sobre a forma de agir numa situação daquelas.-----

----- Foi, ainda dada a palavra à Sr.ª Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Aidil Machado, a qual, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção relacionada com o Clube de Futebol Os Marialvas: *"A União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça regozija-se com o enorme sucesso que, particularmente os escalões de formação do Clube de Futebol*

"Os Marialvas" alcançaram na presente época, facto que releva, coroa e reconhece o trabalho dos seus atletas, dos dirigentes do Clube, dos formadores e toda a comunidade diretamente a eles ligados (massa associativa, familiares, pais e encarregados de educação). O Clube de Futebol "Os Marialvas" na presente época desportiva (2018-2019) venceu os campeonatos distritais de Benjamins (sub-11), Infantis (sub-13) e Juvenis (sub-17), estes irão participar no campeonato nacional da categoria, na próxima época, juntando-se assim aos iniciados (sub-15) que conseguiram a manutenção no campeonato nacional, sendo que a equipa de Iniciados (sub-15), que participou no campeonato distrital, foi vice-campeã distrital. Os juniores (sub-19), sem conseguir atingir a fase final, obtiveram melhor classificação que na época anterior, sendo que os seniores conseguiram a manutenção na Divisão de Honra (divisão mais alta do Campeonato Distrital). São aproximadamente 300 os atletas que integram os quadros do Clube de Futebol "Os Marialvas" a praticar futebol, nos diversos escalões. É motivo de orgulho para a Junta de Freguesia a que presido e para a Câmara Municipal, que no passado dia 12 recebeu no Salão Nobre atletas, dirigentes e técnicos. Os resultados obtidos pelo Clube de Futebol "Os Marialvas", que traduzem o empenho de muitos para que "Os Marialvas" continue a ser uma referência, não só no panorama desportivo, pois que esta responsabilidade que assumem extravasa claramente a dimensão desportiva, antes se afirma no plano da formação das crianças, jovens e também dos adultos quer a nível individual (pela salutar prática desportiva e pela expressão valorativa), quer a nível coletivo, vestindo a camisola da terra, do clube, honrando os largos anos da sua existência, evocando o contributo de tantos quantos ao longo de gerações se têm dedicado ao Clube e à sua terra, a Cantanhede. Pelo que muito me apraz registar este feito, reconhecendo

e felicitando publicamente o Clube de Futebol "Os Marialvas" pelo trabalho que tem vindo a desenvolver."-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Asdrúbal Torres, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou sobre os seguintes eventos: - A Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira que decorreu entre o dia 1 e o dia 13 do corrente mês, pelo que agradeceu às Associações que contribuíram para aquela Semana Cultural. Começou por agradecer à Filarmónica de Covões, que integrado nos 150 anos de sua existência, teve a organização de vários eventos, entre os quais se destacaram o Canto Alentejano e um canto espanhol. De seguida agradeceu também à PRODECO, à Associação de Labregos, à ARCUMA e à Romaria dos Cavalos que se realizou no Picoto, nos dias 1 e 2, evento que já tem a sua 5.^a ou 6.^a edição, sendo que um dos organizadores daquele evento, o Sr. Lobo, de Vagos, presenteou o lugar de Picoto com um painel de azulejos, sobre o Largo de Santo Amaro, o que em nome da União das Freguesias agradeceu; - A inauguração da requalificação do cemitério no dia 13, obras que já eram necessárias e que o povo agradeceu; - A inauguração do Parque Desportivo do Seadouro que teve a intervenção da Câmara, tendo ficado um espaço muito agradável; - A inauguração da Fonte do Seadouro, uma fonte antiga, com muita história, e a requalificação do lavadouro, também com a intervenção da Câmara; - A inauguração de um parque no lugar do Seadouro, espaço cedido pelo Dr. António Alfaiate, a quem também agradeceu, e que apenas exigiu que fosse dado a esse parque o nome de "Parque Messias Alfaiate"; - Nesse mesmo dia a inauguração de um espaço também cedido pelos herdeiros de Zulmira Pedro, junto à Casa do Povo; - Finalmente, agradeceu a todos os convidados da Câmara Municipal que muito honraram a União das Freguesias com a sua presença e por último agradeceu ao

Executivo todo o apoio que tem dado à União das Freguesias de Covões e Camarneira.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu ainda a palavra à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Regina Pessoa, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, discursou sobre três assuntos, nomeadamente: - O seu reconhecimento público às três equipas de futebol feminino da União Recreativa de Cadima pelos seus desempenhos desportivos, com cerca de 70 atletas divididas em três equipas, a equipa de seniores, a equipa de sub-19 e sub-16. O seu reconhecimento também à direção do clube, aos técnicos, aos sócios, aos patrocinadores, aos apoiantes, aos familiares, à Junta de Freguesia de Cadima e à Câmara Municipal de Cantanhede. Informou que no dia 15 de junho do corrente ano, a União Recreativa de Cadima atingiu um feito inédito na região ao vencer a Taça Nacional de Juniores sub-19, pois até à data nenhum clube o tinha alcançado numa competição de futebol. Assim, felicitou a União Recreativa de Cadima por uma época digna de registo, porque para além da obtenção da Taça Nacional de Juniores, ainda se sagrou campeã distrital no escalão juvenil sub-16, campeã distrital no escalão juniores sub-19 e subiu, no escalão sénior, à 1ª divisão nacional, onde na próxima época irá disputar o campeonato com equipas de elevado renome como o Benfica, o Braga, o Marítimo e o Sporting. Afirmou que tal só foi possível com muito empenho, dedicação e compromisso de todas as pessoas e entidades envolvidas e que é um motivo de orgulho para a União Recreativa de Cadima, para a Junta de Freguesia de Cadima e para o concelho de Cantanhede. Saliou o investimento da Câmara Municipal de Cantanhede no campo de futebol do Fujanço, nomeadamente, com o relvado sintético, com a instalação de iluminação e com a instalação de balneários provisórios, cumprindo assim as condições mínimas necessárias à realização de treinos e jogos, que conduziram à obtenção daqueles

u

títulos que muito dignificam o clube, a freguesia e o concelho. No entanto, acrescentou que ainda carece de infraestruturas essenciais, concretamente, a conclusão dos balneários e a melhoria das acessibilidades, no sentido de proporcionar melhores condições para o clube nas competições em que se encontra envolvido, bem como possibilitar a continuidade da obtenção de êxitos futuros e da formação de jovens atletas. Agradeceu também ao executivo por ter recebido no passado dia 18 de junho, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, todas as atletas, membros da direção, técnicos e apoiantes do clube, motivo de enorme regozijo para a Junta de Freguesia de Cadima e para a União Recreativa de Cadima. Reforçou ainda o reconhecido mérito do Executivo pelo apoio e investimento que tem vindo a fazer no concelho para a prática do desporto, não só na União Recreativa de Cadima, como também em outros clubes, o que tem sido reconhecido através da obtenção daqueles magníficos resultados, a nível nacional e distrital, incentivando assim, jovens e adultos, à prática do desporto e promovendo o concelho de Cantanhede, pelo que deu os parabéns à União Recreativa de Cadima, à Junta de Freguesia de Cadima e à Câmara Municipal de Cantanhede. Falou de seguida de mais uma edição da Feira do Tremoço realizada no dia 31 de maio e 1 e 2 de junho e que foi das melhores edições de sempre, com uma estimativa de dez mil visitantes e a venda de cerca de uma tonelada de tremoços. Recordou que o objetivo daquela Feira foi sem dúvida promover o tremoço e as tremoceiras, profissão quase em vias de extinção e que a Junta de Freguesia de Cadima faz um esforço enorme, de ano para ano, no sentido de tentar manter a realização daquela feira para não deixar cair aquela atividade. Assim, agradeceu à Câmara Municipal de Cantanhede, o apoio que tem dado a todos os patrocinadores, à Escola Técnico-Profissional de Cantanhede, aos artistas, aos grupos de animação, aos expositores, aos artesãos, às empresas de apoio técnico e logístico e aos

funcionários da Junta de Freguesia de Cadima pelo incansável esforço e dedicação. Agradeceu ainda a todos os visitantes e a todos os que contribuíram para o sucesso da 16.ª Edição da Feira de Tremoço. Enalteceu também dois eventos integrados naquela feira, nomeadamente, o 14.º Caminho do Tremoço/BTT, que se realizou no dia 26 de maio e que consistiu numa maratona BTT de 40 quilómetros e numa caminhada pedestre de 10 quilómetros, organizado pela Junta de Freguesia de Cadima em parceria com a Associação da União Recreativa de Cadima e o Corpo Ativo. Acrescentou que aquele evento reuniu cerca de 500 participantes, tendo sido uma das melhores provas de sempre. Ainda a 8.ª concentração Nacional de vespas, que decorreu no dia 1 e 2 de junho, organizado pelo Vespa Clube Peperinos, que contou com a participação de cerca de 350 pessoas. Finalizou a sua intervenção afirmando que, sem dúvida que aqueles eventos não seriam possíveis sem o apoio da Câmara Municipal de Cantanhede pelo que sugere que os apoios tendam a aumentar e não a reduzir, para se conseguir a sustentabilidade dos mesmos e trazer mais visitantes à freguesia e ao concelho de Cantanhede. Finalmente, informou que a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença recebeu o Galardão Qualidade de Ouro 2019 pela Quercus, Associação Nacional de Conservação da Natureza, que identifica, de acordo com os seus critérios, as águas balneares portuguesas com qualidade de ouro. Relacionado com este assunto, solicitou ao Executivo o ponto de situação relativamente à aquisição dos terrenos nos Olhos da Fervença para a resolução do problema do défice do estacionamento e para a ampliação da Praia fluvial dos Olhos de Fervença.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão: - Saudou a iniciativa, quer da homenagem ao Sistema

Nacional de Saúde, quer da homenagem ao seu fundador, António Arnaut, representadas pela plantação de uma oliveira SNS no Hospital Rovisco Pais. Considerou ter sido uma iniciativa interessante e simbólica, mas não deixa de ter o seu interesse porque também em política e na sociedade, a vida é feita de momentos e de apontamentos simbólicos. Acrescentou que a sua bancada não vive só de simbolismo, nem quer apenas dizer que é a favor do SNS, mas quer marcar momentos de homenagem ao SNS e quer, como sempre defendeu, um SNS que funcione. Acrescentou, relativamente àquele aspeto, serem públicas as notícias de que no país muita coisa não vai bem em termos de recursos, de meios, de pessoal e de funcionamento dos serviços. Cantanhede não é a isso alheio pelo que há que trazer aqui um conjunto de problemas que tem chegado à sua bancada, alguns do passado, outros mais recentes, mas a verdade é que, perante o silêncio dos responsáveis políticos e sectoriais, que têm alguma responsabilidade nas instituições de saúde do concelho de Cantanhede, os serviços continuam a degradar-se, os períodos de encerramento de algumas extensões de saúde são mais e mais alargados, há menos pessoal e menos tempo de atendimento aos doentes. Consequentemente, há mais complicações para a consulta aberta, porque os doentes são obrigados a deslocarem-se para a mesma por situações menos urgentes. Informou ainda que, têm conhecimento de que, por deliberação do Conselho Diretivo do Hospital Rovisco Pais, foram encerradas 30 das 60 camas de Unidade de Cuidados Continuados com a desculpa da escassez de recursos humanos ou do absentismo do pessoal, existindo assim problemas, desde os profissionais de saúde que se sentem defraudados nas suas expectativas e que, no fundo, são responsabilizados por situações que lhes são alheios, passando pelos utentes que poderão não iniciar os seus tratamentos ou mesmo vê-los interrompidos. Constatou que, se a situação se mantiver a longo prazo,

este desinvestimento poderá mesmo colocar em causa a manutenção de alguns serviços ou até mesmo do próprio Centro de Reabilitação Rovisco Pais, situação preocupante. Dito isto, questionou a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, sobre se tinha conhecimento dos factos enunciados e sobre o que pretende fazer, porque o estado da saúde em Cantanhede e no país andam nas ruas da amargura; - De seguida recordou que, tal como a Câmara, a Junta de Freguesia de Murte de se manifestou relativamente à proposta do regime jurídico de criação de freguesias que considera uma fraude, uma vez que os critérios lá previstos são pura e simplesmente inexecutáveis e poderão levar, a que daqui a 10 anos, as atuais freguesias sejam extintas ou agregadas. Considerou assim que, o regime jurídico de criação de freguesias é apenas notícia para a comunicação social, e para fazer de conta que se está a fazer política, perante o silêncio de algumas associações, nomeadamente, a Anafre, que se manteve calada sobre o assunto mais tempo do que devia. Por outro lado, elogiou a postura da Associação Nacional de Municípios que tomou uma posição muito veemente sobre o assunto; - Por último, procedeu a leitura de um texto que foi aprovado na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, relativo à Sr.^a Dr.^a Maria da Luz da Conceição Ribeiro Pessoa, do seguinte teor: *"Nasceu em Penafiel em abril de 1933. Veio residir para a Pocariça, após o seu casamento em 1955. Estudou na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Em 1970 especializou-se em obstetrícia no Instituto Maternal, hoje Maternidade Bissaya Barreto. Foi docente da mesma Faculdade de Medicina e a partir de 1974 dedicou-se à carreira hospitalar. De 1972 a 1983, assegurou consultas de obstetrícia nos serviços médico-sociais e de 1972 a 1976 deu assistência/apoio à maternidade do Hospital de Cantanhede. 14 anos de profundo envolvimento e dedicação a dar à luz muitas das crianças daquela altura, muitos dos adultos que aqui estarão hoje e que*

andam por aí no nosso concelho. Acabou por fazer um consultório na Pocariça onde boa parte da população das imediações conseguia ajuda e ia pagando com recurso do campo, da pecuária, com aquilo que podia numa atitude de grande altruísmo, com brio e esmero profissional.” Após aquela leitura informou que, tendo sido prestada aquela homenagem a uma personalidade de reconhecido e relevante mérito público, a sua bancada irá apresentar uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento da Sr.ª Dr.ª Maria da Luz da Conceição Ribeiro Pessoa na próxima Assembleia, que na sua essência conterà aquele texto e para o qual convida, desde já as demais bancadas a se associarem.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se a algumas das situações anteriormente expostas da seguinte forma: - Saudou a qualificação para o Bolo de Ançã, apelou a que todos o possam divulgar de forma intensa pela qualidade que o produto merece e agradeceu ao senhor Presidente da Junta tão gentil oferta. Acrescentou que também ao nível da Comunidade Intermunicipal, será feita a sua divulgação, mas que todos os presentes podem potenciar, não só institucionalmente como particularmente, o apelo à votação de um produto de grande qualidade e já de renome, no mínimo nacional; - Referiu-se as divulgações dos eventos e das semanas culturais, reforçando que existe uma força associativa enorme com uma atividade extremamente intensa no concelho, a qual já não se limita à época de Verão, mas que dura todo o ano e está a ser cada vez mais intensa; - Relativamente à questão da cobertura do mercado, informou que o mercado municipal que está virado para o Parque de São Mateus foi candidatado à ADELO, estando o projeto pronto para ir para o terreno, no entanto, houve uma questão de procedimento em termos da ADELO relativa a todos os mercados. Acrescentou que

no Município de Cantanhede, existem quatro candidaturas relacionadas com intervenções em mercados, nomeadamente, em Cantanhede, Ourentã, Tocha e Cordinhã, estando tudo preparado e a aguardar a abertura da candidatura por parte da ADELO. Relativamente ao outro pavilhão conhecido como o pavilhão do peixe e que sofreu danos aquando da tempestade Leslie informou que toda a cobertura já foi removida, na sequência de um concurso público que cumpriu com todas as exigências legais, tendo sido retirado aquele fibrocimento para depósitos licenciados, como a lei exige e com todos os cuidados que têm a ver com o retirar daquele material. Acrescentou que se aproveitou para arranjar também todas as coberturas das construções que lá existem, tais como a cobertura dos balneários do clube de futebol "Os Marialvas" e de algumas zonas de arrumação da Sociedade Columbófila, mas também outras zonas tais como a cobertura do estacionamento para bicicletas e motorizadas dos estaleiros. Acrescentou que, ainda na zona do recinto do campo onde se desenvolve a Expofacic, a bancada foi também requalificada, tendo sido alargada, sendo posteriormente limpa e pintada, sendo a única coisa que falta naquela zona. Recordou que já por várias vezes se tem falado da requalificação do espaço da Expofacic, mas muitas vezes, uma intervenção só pode ser desenvolvida, depois de outras terem sido também acionadas. É o caso do Campo da Feira que está ligado pela necessidade de se avançar com o projeto que já foi escolhido para concluir o Parque Desportivo de Cantanhede, com ligação também à construção da estrada que liga o final das bombas perto do Intermarché até ao cruzamento com os Bombeiros, projeto que pretende iniciar assim que termine a Expofacic. Referiu ser uma obra que não só tem a ver com a acessibilidade e com a ligação da zona das escolas para uma melhor fluidez de trânsito, mas também com uma componente de tratamento de águas pluviais muito profunda, porque quando há picos de chuvas é uma zona que fica



inundada, facto que torna a obra mais onerosa. Espera que não haja atrasos administrativos e burocráticos porque é uma obra que só se consegue fazer entre setembro e abril por causa da Expofacil. Informou ainda que com a concretização daquela estrada toda a área interior e o campo terão de ser repensados, no entanto, pretende-se que o espaço da feira continue a ter uma zona de relvado, muito importante, não só para a feira, como também para a sua utilização durante o ano e que o campo de futebol de 11, terá que ser reduzido para um campo de futebol de 7, e isso só se poderá fazer depois do parque desportivo concluído. Afirmou ter sido uma grande satisfação para o júri que analisou as propostas que surgiram no concurso de ideias, porque eram todas de grande qualidade e algumas muito boas do ponto de vista arquitetónico. No entanto, após discussão com os técnicos do desporto, o Júri entendeu que teria que ser escolhido para Cantanhede, pela especificidade que têm os campos, algo que fosse, bonito sim, mas sobretudo prático e que se conjugasse com os campos atuais, o de relva sintética e o de relva natural. Assim a bancada principal terá 600 lugares virados para o campo de relva natural, com uma zona inteira de balneários mais para os seniores e ainda uma zona independente para as escolas. Considerou que, para além de ser agradável, também é uma forma de dinamizar e de impulsionar este tipo de iniciativas, perante a quantidade de jovens que praticam desporto, seja ele qual for, até porque existem outros de outras áreas e não apenas o futebol que já formaram vários campeões. Considerou ainda ser um incentivo apostar na formação para depois ver como os resultados dos milhões que, ao longo de vários mandatos foram investidos e que ainda vão ter de ser concluídos, já produziram tanta gente e tanto jovem a praticar desporto. Relativamente ao projeto que vai avançar, recordou que se tratou de um concurso de ideias completamente anónimo, tendo havido um 1.º, 2.º e 3.º lugar, sendo que o 1.º lugar pertence a quem vai fazer o projeto

definitivo. Afirmou ter sido interessante e que, se calhar, não foi por acaso que foi um jovem arquiteto de Cantanhede que ganhou o concurso, talvez por se ter debruçado com mais interesse na forma como era necessário aquele projeto ser prático. Finalmente, solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que a Sr.^a arq.^a Margarida que fez parte do júri, procedesse à apresentação do projeto, de forma rápida, à Assembleia, explicando o que é que está em causa naquele mesmo projeto. Recordou ainda que, quando o concurso foi lançado, houve uma ligação com os próprios clubes, mais concretamente com "Os Marialvas" por forma a ir ao encontro das necessidades que o próprio clube tem para a prática desportiva. Informou ainda que também o Parque Desportivo de Febres está a ser intervencionado na parte das casas de banho e na parte do bar, bem como o Pavilhão do São Caetano. Também em Cadima, apesar do investimento que foi lá feito, percebe-se claramente a necessidade de passar para uns balneários definitivos, em vez dos balneários provisórios que estão a ser utilizados e que vieram do Parque Desportivo de Febres quando o mesmo ficou com as instalações definitivas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Arq.^a Margarida Santos, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão e com a ajuda de uma projeção, informou que quem ganhou o projeto teve em consideração o facto de o terreno ter um desnível natural entre os campos de relva sintética e o campo de relva natural, tirando partido do mesmo. Informou de seguida que, uma das condicionantes do programa base, era a criação de um quarto campo de relva sintética, cujo posicionamento condicionou tudo mais, porque apenas fica a área entre o campo de relva natural, os tais campos de relva sintética e o novo de relva sintética que vai ser projetado numa fase posterior, ficando um triângulo para a construção de dois blocos de balneários, que podem funcionar de forma independente, o que em



termos de logística e de pessoal vai ser mais interessante no dia-a-dia, com acessibilidades que têm que ser cumpridas em termos de legislação. Acrescentou que, ao nível dos balneários, para os seniores, para o campo dos jogos oficiais e para as escolinhas estão projetados seis balneários no piso de baixo, a zona de primeiros socorros, a zona de ginásio e as zonas de acesso ao campo. Depois, ao nível do primeiro piso, um restaurante, a zona da comunicação, a zona vip e casas de banho de apoio ao público, ficando a lateral destinada ao acesso dos atletas e dos autocarros, diretamente para os campos, sem problemas de conflitualidade entre os adeptos e o público. Acrescentou que, para as emergências, existirá uma entrada para as ambulâncias, bem como zona de estacionamento para viaturas de apoio. Afirmou que, em termos formais não foi o projeto, que à primeira vista, achassem que fosse o ideal quando tiveram acesso aos placards. Esclareceu de seguida que, por questões de ordem funcional e por receio de alguma derrapagem em termos de orçamento, o projeto em causa ficou em 2.º lugar. Esclareceu ainda que era muito interessante ao nível do alçado, porque havia uma laje parecida a um pássaro que daria uma dinâmica muito grande, mas como seria tudo em betão, houve algum receio. Houve ainda algum receio de que não cumprisse as suas funções de cobertura quer do sol, quer da chuva por ser muito alta. Assim, apesar do formalismo ser importante num equipamento daquele género, mas sendo uma zona periférica, achou-se por bem, dar valor à parte funcional porque sendo um equipamento desportivo, que vai ser para os técnicos de desporto, estes também tiveram uma palavra e elegeram o projeto vencedor. Descreveu de seguida, o projeto vencedor como uma composição muito linear, muito pacífica, com uma cobertura que parece que vai cumprir a função pretendida que o outro não cumpriria. Finalmente, informou que, em terceiro lugar ficou um projeto que pecava um bocado por excesso de cor, mas cujos alçados tinham uma composição

interessante com balneários transversais e um percurso exterior para os blocos das bancadas e uma estrutura que faz lembrar um barco, mas que ao nível funcional não resultaria muito bem.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura referiu que lhe parecia que a volumetria da bancada não era nada de especial.-----

----- Respondeu a Sr.^a Arq.^a Margarida Santos que a bancada vai funcionar ao nível do 1.º piso, um pouco diferente do que existe na Tocha e em Febres, porque se situa mais junto às cotas dos campos. Recordou ainda que se encontram numa fase de estudo prévio e que terá um projeto de execução pelo que, uma das coisas que tem que se ver é exatamente a visibilidade das bancadas sobre o campo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura questionou sobre o valor limite do referido concurso.-----

----- Respondeu a Sr.^a Arq.^a Margarida que será 1.700.000,00 €.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, acrescentando que o júri teve a noção dos vários projetos que foram apresentados e claramente se percebeu que aquele valor não seria cumprido. Acrescentou ainda que, do ponto de vista da imagem, o júri gostou muito mais do concorrente que ficou em 2.º lugar, mas do ponto de vista da funcionalidade não responderia ao que era pretendido e que, relativamente ao projeto que ganhou é evidente que poderão ainda ser feitos determinados acertos entre o Arq.^o João Paixão, natural de Cantanhede que ganhou o concurso e o Departamento de Obras e Urbanismo. Deu como exemplo uma sala de trabalho ou de estudos, destinada aos jovens que chegam de fora para treinar e que estão ali à espera, a qual não estava pensada, tal como o restaurante que será concessionado e que poderá ter uma zona independente para o serviço de bar, sendo assim decerto, um sítio como muitas potencialidades porque estará na zona industrial e perto do



Biocant.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual antes de mais, deu os parabéns pelo traço estético e minimalista, bem como pela funcionalidade aparente do projeto. De seguida questionou sobre o porquê de não existir nenhum agente desportivo, para olhar para a questão da funcionalidade do projeto em si, na composição do júri.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que, apesar de não ter uma formação direta em desporto, se encontrava a Chefe da Divisão da Cultura, Desporto e Turismo, Dr.ª Maria Carlos, que deu a sua opinião, antes de saber quem eram os concorrentes e apenas depois de ter partilhado os projetos com os técnicos do desporto do Município. Afirmou que a informação dada por ela teve um peso muito importante porque aqueles técnicos analisaram o que seria melhor, por exemplo, em termos das acessibilidades para os balneários para cada projeto e para cada prática, curiosamente, analisando muito mais a questão da agilização e a questão prática e funcional do projeto em detrimento da questão da parte estética. Concluíram assim que, de todos os projetos que analisaram, o projeto escolhido ia ao encontro das necessidades que os clubes manifestam quando estão a ter atividades, nomeadamente, a proximidade dos campos aos balneários, o isolamento de determinadas zonas, os acessos e a acessibilidade, por exemplo, aos gabinetes médico ou de massagens, enfim, o que consideraram ser mais funcional.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, após considerar que a resposta da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio ter sido muito esclarecedora, deu ainda a palavra ao Sr. Carlos Negrão, o qual questionou sobre a previsão de tempo para a obra estar concluída.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara que, de acordo com as normas do concurso, será o arquiteto que ganhou o 1.º lugar a desenvolver o projeto de arquitetura e as especialidades, o que levará ainda alguns meses até que o projeto validado vá para concurso. Acrescentou que, de seguida, dependerá da disponibilidade das empresas em concorrer e ainda dos *timings* do Tribunal de Contas para a colocação do respetivo Visto devido ao valor previsto para a execução da empreitada. Acrescentou que lhe parece possível, que o equipamento esteja construído ainda no decorrer do presente mandato.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmou acreditar que tudo se fará para que a obra seja célere e para que possa ser concluída ainda no presente mandato, e encerrando o assunto, agradeceu à Sr.^a Arq.^a Margarida Santos e à Chefe da Divisão de Urbanismo e Dr.^a Isabel Matos a ajuda que prestaram.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, voltou a intervir relativamente às restantes questões que foram anteriormente abordadas da seguinte forma: - Na sequência da intervenção da Sr.^a Presidente da Junta de Cadima, Marise Pessoa, afirmou ser uma grande honra que a equipa feminina do Cadima vá ao campeonato nacional, jogar com grandes equipas tais como o Benfica e o Sporting. Assim, salientou o esforço que cada direção, os jovens e os técnicos tiveram para estar em termos de qualidade ao nível daquelas mesmas equipas; - Relativamente à questão dos apoios, recordou que o Município tem 160 associações, pelo que nem sempre o que é dado corresponde ao que o Executivo gostaria de dar. Informou de seguida que os serviços estão a reformular o Regulamento do Desporto e ainda a analisar e a adaptar as normas da área cultural. Recordou que, na reunião de câmara, efetuada na APPACDM na Tocha, encontraram atletas federados, medalhados e cheios de prémios ibéricos e aquele Regulamento não contém qualquer possibilidade daqueles

atletas poderem ser ajudados, o que não lhe parece correto. Também a questão das atletas femininas que recebem apoios inferiores aos apoios dos atletas masculinos também serão atualizados, entre outros assuntos. Acrescentou que as alterações serão colocadas de seguida em discussão pública, tendo em vista a recolha de contributos. Informou ainda que, uma das situações que se coloca está relacionada com alguma discrepância de valores entre os clubes ou as associações que utilizam equipamentos municipais e aqueles que utilizam equipamentos próprios, nomeadamente, devido ao pagamento de IMI que algumas associações se veem forçadas a pagar, e em que o subsídio que recebem da Câmara era praticamente para o pagar. Acrescentou ainda que, o que foi deliberado pela Câmara não foi a isenção de IMI às Associações Culturais e Desportivas, tendo sim sido feito um apanhado de todas as Associações que pagam IMI, as quais serão compensadas pelo valor que pagaram, para que haja equiparação entre aquelas que não têm que pagar nada por utilizarem equipamentos municipais, o que ficará também espelhado no Regulamento;

- Relativamente à questão do alargamento da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, informou ter sido um processo muito lento e moroso, essencialmente por causa de um terreno de pinhal situado do lado esquerdo e que faz a curva em direção ao Casal dos Netos. Acrescentou que aquele terreno é de inúmeros proprietários, por fazer parte de uma herança, os quais não têm propriamente um diálogo muito pacífico entre eles, tendo andado os advogados a analisar a situação, mas quando estão todos praticamente de acordo, há sempre alguém que não está, pelo que o processo já avançou para expropriação. Informou ainda que, se se conseguir uma verba de uma candidatura, a Casa do Guarda que existe nos Olhos da Fervença será requalificada e serão construídas outras casas de banho na zona do parque. Relativamente ao estacionamento, informou que o mesmo deverá ser alargado, não naquela zona mas

nas imediações, estando os serviços à procura de uma zona para o efeito porque a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença é uma zona muito procurada e merece melhores condições para as pessoas usufruírem daquele espaço belíssimo, há semelhança de outros existentes no concelho como as Sete Fontes, a Piscina de Ançã e, naturalmente a Praia da Tocha; - Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murteide e líder da bancada do PSD, Carlos Fernandes, sobre a área da saúde informou já ter solicitado uma outra reunião à Senhora Ministra da Saúde, uma vez que na anterior ela não apareceu e foi o Secretário de Estado que reuniu e que foi ouvido, estando tudo exatamente na mesma. Informou ainda que a Sr.^a Vereadora que tem a área da saúde, Célia Simões, tem estado em negociações que lhe parecem profícuas relativamente à questão dos postos de enfermagem, um dos pontos que será, a seu tempo, analisado na presente sessão. Relativamente ao Rovisco Pais, informou que tudo o que foi referido é o que tem conhecimento, sendo uma grande preocupação, sobretudo relativamente à falta de profissionais, conforme lhe foi transmitido por alguns elementos do Conselho Diretivo, pois muitos estão com baixas prolongadas. Afirmou ser uma situação muito preocupante, pois o hospital tem uma potencialidade enorme em várias áreas e de referência, como aliás o de Cantanhede o é noutra tipo de valências, podendo pôr em causa algum tipo de prestação de serviços de qualidade. Assim, aguarda que a Sr.^a Ministra receba o executivo e lhe transmita qual é a intenção do Ministério para aquelas duas valências tão importantes na área da saúde, como são o Hospital de Cantanhede e o Hospital Rovisco Pais.-----

----- Passando já uma hora e um quarto de período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou que as próximas intervenções fossem mais incisivas, mais pragmáticas e com questões diretas.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. José Vieira, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns à Câmara: - Pela formalização do projeto do Parque Desportivo de Cantanhede, sobretudo quando é um conterrâneo que está por trás daquele projeto, mas também por ser um assunto que agrada à bancada do P.S.; - Por se ter associado ao movimento nacional da plantação da oliveira SNS, tendo sido a terceira Câmara a aderir àquele processo: - Pela qualificação do Bolo de Ançã, que gostariam que ganhasse, mas que se ficar entre os principais, ficariam muito contentes; - Ao Orfeão VOX CAELI de Cantanhede, pela organização do São João, no dia 22 de junho, que correu muito bem. De seguida, informou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, de que a sua bancada não teve conhecimento da data da reunião para a escolha das mesas, tendo apenas, posteriormente, recebido um telefonema de outro Presidente de Junta do P.S.D, por amizade, que o informou que tinham faltado àquela reunião. Agradeceu de seguida à Junta de Freguesia de Cantanhede e Pocariça, porque sempre os informou com muita antecedência quer por ofício, quer por editais. Dirigindo-se ainda ao Sr. Presidente da Junta de Ançã, Cláudio Cardoso, referiu que a análise feita à questão da abstenção foi um pouco superficial, por se tratar de um assunto bastante complexo. Acredita que se deveria começar por analisar a abstenção e culpar quem de direito, ou seja os próprios candidatos, começando pelo candidato do PSD que tudo acusou e falou muito pouco da Europa. Acrescentou que apesar da abstenção afetar a todos, a sua bancada ficou satisfeita pelos resultados obtidos nas europeias, principalmente, os que tiveram em Ançã. Finalmente, questionou sobre a existência de algum problema de comunicação entre os Bombeiros e a Proteção Civil, porque chegou-lhes uma situação que uma senhora quis fazer umas queimadas e ligou para os Bombeiros, os quais disseram que o assunto era com a Proteção Civil, tendo a mesma contactado

aqueles serviços e tratado do pedido de autorização. No entanto, quando começou a fazer a fogueira, apareceram de imediato os bombeiros e a G.N.R tendo esta última entidade referido não ter recebido qualquer comunicação, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o assunto.-----

----- Tomou de seguida a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual após cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao problema do saneamento das Cochadas, do qual parece estar encontrada uma solução adequada, depois de um processo muito difícil, muito discutido, e no qual nem sempre as coisas correram bem. Assim, considerou justo deixar uma palavra de reconhecimento e de congratulação pelo esforço de todas as pessoas envolvidas, nomeadamente, do Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, da Presidente da Câmara Municipal, Helena Teodósio e da Inova. Acrescentou esperar que a execução daquele projeto ocorra rapidamente, dado que ainda irão surgir dificuldades até à sua execução na vala das Cochadas e em toda aquela zona que vai até Mira.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, manifestou também a preocupação da bancada do PS perante a situação do Rovisco Pais, porque souberam que vão ser fechadas algumas camas, por défice de recursos de enfermagem. Acrescentou desconhecerem se há défice de recursos noutros grupos profissionais, contudo também sabem que a situação é temporária e que tem a ver com um absentismo muito grande dos profissionais, situação essa que, nem que a instituição queira resolver, não tem como, porque o Hospital Rovisco Pais é um hospital que tem regime jurídico do setor público administrativo e, portanto, não tem autorização para substituições de profissionais por ausência de longa duração, ao contrário de todos os hospitais E.P.E. onde as substituições se operam com muita

C

celeridade, como aconteceu nos Hospitais da Universidade de Coimbra. Informou ainda que, nos hospitais do setor público administrativo, que são três a nível nacional, nomeadamente, o Rovisco Pais, o de Cantanhede e o de Ovar, isso não é possível de acontecer. Sugeriu de seguida que, uma vez que a Sr.ª Presidente da Câmara aguarda a marcação de uma reunião pela Sr.ª Ministra da Saúde, lhe coloque também o problema e sugira que, quer o Rovisco Pais, quer o Hospital de Cantanhede, adquirissem um estatuto de EPE, porque naquela matéria a situação seria mais fácil.-

----- Foi também dada a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual deu os parabéns à Junta de Freguesia de Cordinhã pela inauguração do Primeiro Centro Comunitário de Lavagem de Pulverizadores em Portugal pelo Secretário de Estado do Ambiente, João Ataíde. Acrescentou tratar-se de um equipamento que preenche uma lacuna e que cumpre um serviço público de excelência e inovador e lamentou a pouca ampliação mediática pelos agentes locais de uma obra que é única no país. De seguida e em relação à proposta que define o regime jurídico da criação de Freguesias abordado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murteide, Carlos Fernandes, informou tratar-se de uma lei que advém da agregação de freguesias iniciada em 2003 pelo Governo vigente e se na altura, o P.S e a sua concelhia em Cantanhede já se tinha manifestado contra aquele tipo de iniciativa, que retira representatividade e ferramentas para o exercício da cidadania, naturalmente, mantêm a mesma posição e dão os parabéns à Associação Nacional de Municípios pela sua posição, porque, por exemplo, se tal lei fosse implementada, 1936 das atuais 2082 freguesias em Portugal Continental iriam desaparecer. Referiu ser, no fundo, uma lei que vai à boleia de problemas demográficos já há muito identificados e que, já neste órgão por diversas vezes se falou da urgência da resolução daquele problema, tornando eventualmente, algumas destas zonas, que existem também no concelho, mais

atrativo por um aumento demográfico. Acrescentou que, porém, independentemente de variáveis políticas, o importante é sublinhar que estas medidas vão ao contrário do garante da presença do Estado junto das populações, pelo que a sua bancada irá falar daquele assunto com os seus representantes distritais na Assembleia da República.-

----- Interveio, de seguida o Sr. Presidente da Junta de freguesia de Cordinhã, Pedro Carrana, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que no dia 18 de maio, houve mais um concurso de prova de vinhos da freguesia de Cordinhã, tendo em vista o apoio aos agricultores e aos viticultores e onde foram premiados vinhos brancos, tintos e da casta Baga. Acrescentou que, no dia 26 de maio, levaram a cabo a primeira prova de sabores e vinhos de Cordinhã, onde os produtores premiados daquele concurso e outros da freguesia de Cordinhã, deram a conhecer e a provar, os seus néctares a quem assim o entendeu e a quem decidiu participar. No evento presente a Sr.^a Presidente de Câmara que pode, obviamente, constatar uma grande participação de pessoas do concelho, de fora do concelho e até do distrito de Coimbra, o que considerou importante, porque se está a falar do vinho de Cordinhã, um dos vinho do concelho de Cantanhede e da freguesia. Informou ainda ter decorrido a Feira do vinho e da Gastronomia de Cordinhã, entre os dias 7 e 10 de junho, a qual foi considerada uma das melhores e maiores edições de sempre com mais stands, mais tasquinhas e mais visitantes. Tal como a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, considerou que, quer pela sua dimensão, quer também pela sua abrangência, aqueles eventos merecem uma atenção e um maior apoio por parte do Município, porque são claramente diferenciadores, comparados com outro tipo de eventos. Finalmente, agradeceu à Câmara Municipal, à Inova e à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça por todos os apoios e as facilidades concedidas, bem como a perspetiva de que é possível as freguesias colaborarem e

cooperarem com a partilha de recursos, no caso concreto, o empréstimo de um palco para apoiar a realização da Feira do Vinho, bem como o apoio dado pela Freguesia de Cordinhã à Festa do Caracol, da Póvoa da Lomba que pertence à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça. Tal como já foi referido, recordou que no dia 21 de junho houve na freguesia a inauguração do primeiro Centro Comunitário do País de Apoio aos Agricultores na Lavagem de Pulverizadores, que conforme referiu a Diretora da Syngenta Portugal, Eng.ª Felisberta Campos, no seu discurso, também se tratava do Primeiro Centro Comunitário da Europa. Informou ser uma infraestrutura simples, de gente simples, feita por uma freguesia humilde, naturalmente com o apoio do Município de Cantanhede e que na sua apresentação contou com a presença das mais altas individualidades, nomeadamente, o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a Sr.ª Vice-Presidente da CCDR, o Diretor Regional da Agricultura, o Presidente da Quercus e mais de 100 agricultores e viticultores da freguesia e freguesias limítrofes que testemunharam aquele momento histórico pela importância daquela infraestrutura que pretende responder a três grandes desafios: A preservação ambiental, o cumprimento legal por parte dos agricultores relativamente ao destino final que devem dar às caldas dos fitofármacos e aos resíduos de fitofármacos e obviamente, ao apoio aos agricultores e viticultores. Finalmente, deixou o convite para uma iniciativa a ocorrer no próximo dia 20 de julho, o segundo jantar vinícola de Cordinhã, com inscrições limitadas a 80 pessoas, pois será com certeza um sarau bem-passado, com bons vinhos acompanhados de boa comida e onde serão bem recebidos.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, na sequência da sua anterior intervenção esclareceu que, também a sua Junta de Freguesia afixou um edital sobre a composição das mesas para as Eleições Europeias e fez os comunicados exatamente da mesma forma que a União

das Freguesias de Cantanhede e Pocariça. No entanto, acrescentou que, mesmo após o conhecimento da falta na referida reunião, houve sempre a indicação de que não conseguiram arranjar quem representasse o partido, tendo apenas conseguido indicar um elemento para compor as mesas. Para além disso, afirmou desconhecer se a ausência de delegados do Partido Socialista, também nas mesas eleitorais em Ançã, foi devida a falta de editais ou de qualquer outra comunicação, cuja obrigação desconhece. Finalmente solicitou aos partidos políticos que cuidem da escolha dos seus candidatos, porque dos quatro elementos que foram eleitos pelo Partido Socialista, já nenhum resta na Assembleia, tendo cada um deles, com desculpas diversas, abandonado aquele órgão, não mostrando a disponibilidade que sempre apregoaram que tinham para dar à freguesia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual: - Solicitou que relativamente à questão sobre as queimadas fosse o Sr. Vereador do Pelouro, Adérito Machado a responder; - Relativamente à intervenção do Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, afirmou que a presença da Agência Portuguesa do Ambiente foi muito importante uma vez que os contornos ambientais eram delicados. Recordou de seguida que a solução encontrada foi a construção de uma ETAR na zona das Cochadas, com tratamento terciário, eventualmente, na época balnear ainda com um acréscimo em termos de tratamento muito mais específico para acautelar tudo o que vai chegar à Barrinha, em Mira, para além da reestruturação dos emissários desde a zona de Cantanhede que vão todos ser redimensionados. Explicou ainda que os afluentes, que não serão tratados e coordenados pela Inova através das ETAR's existentes, vão ter um tratamento duplo, sendo que uma parte vai continuar a ir para Ílhavo e a outra parte será tratada na nova ETAR. Informou ainda que, em termos

orçamentais a obra atingirá um valor na ordem dos 12.000.000,00 €, apesar de no jornal se falar de 10.000.000,00 € e inicialmente se ter previsto 6.000.000,00 €. Acrescentou que se prevê um prazo para a sua construção entre 3 a 4 anos. Considera esse facto preocupante porque durante aqueles anos, deverão continuar a ocorrer descargas, apesar das medidas mitigadoras que já foram feitas e as que poderão ainda ocorrer, nomeadamente, que podem fazer um controle contínuo dos tanques, junto às Cochadas que, dizem eles, em dois meses, consegue criar uma acumulação de areias e lodos pelo que, se for limpo com frequência, poderá minimizar a necessidade da descarga, existindo assim todo o interesse em, de uma forma muito rápida, acelerar aquele processo. Informou ainda que, a Inova está a fazer fortes investimentos na rede antiga e vai remeter às Águas do Centro Litoral, todas as análises em termos de tratamento e deteção de fugas para que também saibam o que é que está a ser feito em Cantanhede, não só em termos de reestruturação e de emissários novos, como também sobre a pesquisa que está a ser delineada para colmatar as falhas de entrada de água das chuvas para as condutas que aumenta o volume dos emissários. Referiu finalmente que, todos desejam que o procedimento administrativo e de projeto seja acelerado para bem das populações, para bem de Cantanhede evidentemente, mas também para o bem-estar do Município de Mira; - Relativamente à questão do Rovisco Pais e à questão do estatuto que a Sr.ª Áurea Andrade referiu, também o mesmo já foi manifestado na última reunião na qual a Sr.ª Ministra da Saúde não apareceu e na qual esteve o Secretário de Estado e nada. Assim, propôs que quando a Sr.ª Ministra da Saúde marcar a reunião, haja a possibilidade de as três bancadas poderem também estar presentes. Acrescentou que as presenças devem ser indicadas, e nesse caso poderão sensibilizar o Ministério para que possa aparecer a Sr.ª Ministra da Saúde e ouvir o que todos têm para dizer.

Por outro lado, se todos estiverem presentes também poderão falar e ouvir o que a tutela irá transmitir relativamente àquela questão; - Afirmou não ter conseguido perceber a questão da pouca divulgação mediática da inauguração do Centro de Pulverizadores, uma vez que há obras do Município e há obras das Juntas de Freguesia, sendo que estas têm todo o direito, a autoridade e a liberdade de fazer a sua divulgação junto dos meios de comunicação, cuja presença se fez sentir naquela inauguração. Afirmou ainda desconhecer se a Junta de Freguesia pretendia algum apoio do Município naquela divulgação, mas não lhe parece porque o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Cordinhã teve um trabalho intenso na divulgação daquele acontecimento, que aliás, estava dependente da vinda do Sr. Secretário de Estado a esta reunião que não era para ser naquele dia, era para um dia posterior, de tal maneira que, para que estivesse tudo preparado, houve que interromper intervenções em termos do tapete, para ir acautelar a envolvente àquele centro e colocar o betuminoso de forma rápida. Perante as notícias que surgiram nos jornais locais e regionais, considera que a divulgação não poderia ter sido maior e que houve uma boa adesão em termos de representação e de pessoas, tendo no entanto estranhado não ter lá visto ninguém da bancada do Partido Socialista, pois devem ter tido todos conhecimento; - Relativamente à questão dos apoios respeitantes às feiras, afirmou que essa questão é muitas vezes colocada, no entanto, qualquer Presidente de Junta pode e deve ter a sua autonomia de dizer que prefere fazer um investimento de 5, 10 ou 15.000,00 € mil numa feira, do que fazer intervenções nos seus equipamentos ou nos seus passeios, sendo uma questão que pode ser analisada e discutida com as 14 Juntas de Freguesia. Em sua opinião, há eventos que têm uma dimensão municipal e que devem ser apostados de forma forte e premente, no entanto, tem que haver muitas vezes opções e escolhas que o Executivo está disposto a ouvir, mas sempre

C

condicionado a alguma justiça e a algum equilíbrio. Percebe que haja Juntas de Freguesia que apostam fortemente em alguns eventos por serem eventos que dão nome à freguesia e ao concelho Recordou que também algumas associações locais dinamizam aquele tipo de eventos e, naturalmente, querem obter alguma receita, sendo uma atitude diferente da das Juntas de Freguesia, que ao contrário, utiliza os seus recursos e os seus meios financeiros para dar a possibilidade às associações de poderem ir buscar receita. Concluiu que a prática é igual para as 14 freguesias, mas a questão pode-se tornar um tema e ser analisada por todos os Presidentes de Junta para se tentar encontrar uma solução equilibrada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Vereador Adérito Machado, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou não existir qualquer incompatibilidade entre a Proteção Civil e os Bombeiros e conhecer a situação relatada. Recordou de seguida que o Governo decretou o registo antecipado de fogueiras entre 15 de outubro e 15 de maio, procedimento muito importante que evitou muitas situações. Desse modo, naquele período, as pessoas podiam fazer fogueiras de forma gratuita, desde que o solicitassem à Proteção Civil, indicando o local e a hora, mas com alguns condicionantes, nomeadamente: - O risco baixo de propagação de incêndio para a altura em que foi autorizado, mas se naquela data, o risco passasse para moderado ou elevado não poderiam efetuar a fogueira; - As pessoas quando solicitassem a autorização deveriam, no dia e na hora, estar atentas ao risco pois se houver vento, não poderiam fazer a fogueira. Informou, de seguida que, no caso relatado, a Senhora estava a realizar a fogueira e foi abordada pelo Comandante dos Bombeiros para saber o porquê de estar a fazer a fogueira àquela hora, porque estava vento e calor, tendo a mesma apenas respondido que estava autorizada a fazê-la, insurgindo-se contra o Comandante dos Bombeiros que chamou

a G.N.R. Acrescentou que foi uma atitude muito pouco recomendável por parte de quem estava a executar uma fogueira, não só para aquela Senhora mas para todos, uma vez que a autorização é passada mas com as seguintes condicionantes: Só se pode fazer a fogueira quando o risco de incêndio é baixo, se for moderado ou elevado mesmo autorizado não pode, devendo as pessoas estar atentas e saber precisamente quando a podem ou não fazer.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, finalizou o período de antes da ordem do dia tecendo as seguintes considerações: - Que, apesar de não ter havido um grande debate político, todos cumpriram a sua função, por um lado os Membros da Assembleia Municipal servirem de porta-voz dos munícipes, relativamente às suas necessidades e as questões que colocam, e alguns Presidentes de Junta deram conta do que se passa nas suas Freguesias, facto pelo qual os felicitou. Sensibilizou ainda todos os Membros da Assembleia Municipal para não deixarem de trazer as suas questões para que todos possam ir seguindo o que de bom se faz ao nível do concelho; - Relativamente à questão da saúde recordou o que já se tem falado, desde há muitos anos, sobre os três hospitais do setor público administrativo, dos quais dois estão no concelho de Cantanhede e que foi reconhecido pelas palavras da Sr.^a Áurea Andrade que constitui uma fragilidade perante o que deveria ser um bom desempenho na prestação daquele serviço de saúde aos munícipes, a sua dependência direta do Orçamento Geral do Estado. Acrescentou que, como todos sabem o défice que existe, e é refletido de forma direta na vida daqueles hospitais, considerando ser unanime que todos querem que eles cumpram cabalmente e tenham recursos humanos em quantidade e qualidade para cumprir a sua missão; - Relativamente à questão da reforma administrativa e, nomeadamente, ao que foi falado em relação à questão das freguesias e do risco que poderá existir se a Lei for aplicada, considerou que é



totalmente contraditória ao que se prevê em termos de futuro, estando o Governo a implementar uma lei, que no fundo, não depende da cor que representa, sendo uma dicotomia entre o poder central e o poder local, sendo certo que, se se recuar 10 anos, tem-se vindo a assistir a um esvaziamento ou a uma tentativa de esvaziamento da autonomia do poder local. Sobre o assunto apelou a uma reflexão pelas bancadas partidárias nos fóruns próprios, nas suas sedes distritais e concelhias ou mesmo nacionais, para não deixarem de passar a mensagem, porque essa batalha não a podem perder; - Relativamente ao Parque Desportivo de Cantanhede recordou que foram ouvidas felicitações por parte de todos os deputados, mas considera que apenas se poderá dar os parabéns à Senhora Presidente da Câmara ou ao Executivo, no dia em que a obra estiver concluída, não se devendo antecipar, porque há muitos políticos, quer a nível local, quer a nível central que prometem tudo, e as coisas só acontecem na próxima década. Assim, considera que o projeto está feito há que trabalhar e só no dia em que o Parque Desportivo for inaugurado é que deverão dar os parabéns.-----

----- Interveio ainda o Sr. Luís Pato questionando sobre o porquê de ter sido o Sr. Vereador Adérito Machado a responder sobre a questão das fogueiras, uma vez que é a Sr.ª Presidente da Câmara a detentora do Pelouro da Proteção Civil.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que, o Sr. Vereador Adérito Machado detêm o Pelouro dos Recursos Naturais, e como também foi referida a questão dos Bombeiros, sendo ele Presidente daquela Associação, achou que seria a pessoa certa para explicar o que aconteceu entre a Proteção Civil, os Bombeiros e a G.N.R.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.^a Presidente da Câmara»:-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 2 - “Proposta de atribuição de um Voto de Louvor ao Dr. Cândido Ferreira”, do seguinte teor: *“Nascido em 1949, em Febres - Cantanhede, onde frequentou a Escola Primária, cumpriu a restante formação académica no Liceu de D. João III e na Faculdade de Medicina de Coimbra, até 1973, com distinção. Foi bolseiro da Gulbenkian, trabalhador-estudante, delegado de curso e atleta da AAC, tendo conquistado diversos títulos regionais e universitários. Em 1976, dirigiu o Hospital de Pombal onde deixou reconhecida obra. Entre 1978 e 1982, foi Assistente de Nefrologia na Faculdade de Medicina, tendo também frequentado um estágio em Lyon, na área das transplantações renais. Regressado aos Hospitais da Universidade de Coimbra, integrou a equipa do Prof. Linhares Furtado tendo organizado a primeira consulta de transplantação em Portugal e a primeira colheita de órgãos, e colaborado na primeira transplantação renal com rins de cadáver. Em 1982, enveredou pela diálise privada a partir de Leiria, tendo construído empresas e clínicas hoje reconhecidas como modelares por técnicos de todo o mundo, tendo sido responsável por uma vasta consulta de especialidade e por mais de um milhão de tratamentos de hemodiálise. A empresa que dirige, e fundou, foi considerada a “melhor do distrito de Leiria”, em 2012, por um júri internacional. Democrata e humanista, viveu a crise académica de 1969 e integrou o Executivo Distrital do MDP-CDE de Coimbra, antes do 25 de Abril, tendo chegado a ser detido por atividades contra a ditadura. Após o 25 de Abril, em simultâneo com a eleição do novo Executivo Municipal, foi eleito “coordenador político” da Câmara de Cantanhede, cargo que lhe permitiu conduzir, de forma considerada exemplar, a transição das estruturas políticas*

e económicas desse concelho. Da sua incursão pela política ressalta, em 1975, ter declinado integrar a lista para a Assembleia Constituinte, pelo PS e por se ter candidatado à Câmara de Leiria, onde triplicou o número de votos. Tendo exercido as funções de Presidente da Federação Distrital de Leiria, do PS, entre 1991 e 1995, voltaria a recusar a carreira de Deputado à Assembleia da República por ser outra a sua opção profissional. Em 1976 foi mandatário-jovem de Ramalho Eanes, candidato à Presidência da República. Em 1995 foi Diretor de Campanha da Candidatura à Presidência de Jorge Sampaio. Ele próprio foi candidato à Presidência da República, tendo apresentado a sua candidatura em 2015, em Febres – Cantanhede. Para além de uma vasta produção técnica e científica, alguma em colaboração com os mais reputados centros e publicações internacionais, foi responsável por largas centenas de artigos de opinião, acolhidos em múltiplos jornais, revistas e estações de rádio, tendo ainda efetuado inúmeras intervenções públicas, incluindo na TV. É autor dos romances “O Senhor Comendador”, “A Paixão do Padre Hilário” e “Setembro Vermelho” e de três livros de crónicas - “Os Burros”, “Esmeralda-Sim!...” e “Pelos Crianças de Portugal” -, tendo ainda sido porta-voz de um movimento na blogosfera, criado em torno do “Caso Esmeralda” e coordenador de uma edição sobre Alexis Carrel. Tendo sempre merecido excelentes classificações por parte da crítica especializada, foi distinguido na Enciclopédia de Artistas Médicos e na Antologia de Ficcionistas da Gândara. Desde sempre que mantém cooperação regular com diversos países de língua portuguesa, através de uma ONG de que foi membro fundador. Em 2007, adquiriu uma propriedade em Urra - Portalegre, onde desenvolve atividades ligadas à agricultura, à pecuária e à hotelaria e onde criou um espaço museológico que reúne 800 peças recolhidas no nosso país e suas ilhas adjacentes, desde a Antiguidade até aos nossos dias. Ligado à defesa do património, anima a

criação de um "Museu de Arte e Coleccionismo" em parceria com a Câmara Municipal de Cantanhede, a partir da doação de milhares de peças que reuniu, estudou e catalogou, e que se encontram dispersas por uma centena de temáticas, sendo algumas populares e outras ligadas à Bibliografia, ao Dinheiro, à História Postal, à Arqueologia e a diversas Artes Decorativas, como as coleções de pintura portuguesa e de artesanato, esta recolhida em todo o mundo. O destino das coleções é o MAC – Museu de Arte e Coleccionismo a criar na sequência do processo de reabilitação e adaptação da Casa Municipal da Cultura, tendo sido o respetivo contrato de doação assinado no decurso de uma sessão realizada para o efeito no salão nobre dos Paços do Concelho, no passado dia 7 de abril do corrente ano, com a presença de representantes de várias entidades. Pelo exposto, entende a Assembleia Municipal de Cantanhede, ser de maior justiça e merecimento a atribuição de um Voto de Louvor ao Dr. Cândido Ferreira."-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual informou que a sua bancada tem apenas uma pequena proposta que nada interfere com o que está escrito. Recordou que tal como foi falado na última Assembleia, a Sr.ª Áurea Andrade ficou de exarar a proposta a escrito, a qual lhes chegou praticamente em cima da ordem de trabalhos, pelo que não tiveram oportunidade de se pronunciar antes de ela ter sido passada a escrito. Assim, referiu que a sua bancada reconhece a pertinência do percurso, político e cívico do Dr. Cândido Ferreira, mas acha que pela forma como o Voto de Louvor está apresentado, basicamente como uma biografia com a descrição de tudo o que ele fez e dos cargos que exerceu, acaba por ser redutor para tudo o que ele foi e para aquilo que ele exerceu enquanto cidadão e também para o município de Cantanhede. Acrescentou que deve ser realçado o que ele fez de bom, pelo que



sugerem acrescentar, o seguinte parágrafo: *“pelo exposto, entende a Assembleia Municipal de Cantanhede de ser da maior justiça e merecimento, a atribuição de um voto de louvor ao Dr. Cândido Ferreira, não só pela elevada estatura cívica, ética que evidenciou na sua vida profissional, política e social, mas também como testemunho de reconhecimento pela sua grande generosidade, para com o município de Cantanhede, com a doação das suas coleções, um gesto que o torna credor assim como à família da gratidão das atuais e futuras gerações da nossa comunidade. A doação em causa reveste-se da maior importância pelo valor intrínseco do importante acervo patrimonial a que diz respeito e, sobretudo pelas imensas possibilidades que com ele se abrem para o posicionamento da cidade de Cantanhede no contexto do roteiro cultural do País.”*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Carlos Negrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão por não o ter feito na sua primeira intervenção, informou que, caso o Partido Socialista achar por bem, também a bancada da CDU, subscreve a proposta apresentada, bem como a adenda apresentada pela bancada do PSD.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação por escrutínio secreto o **Ponto 2 - “Proposta de atribuição de um Voto de Louvor ao Dr. Cândido Ferreira”**, com o aditamento entretanto proposto no decorrer da sessão, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 – “Alteração por adaptação da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios (PMDFCI) 2019-2018 / Para conhecimento”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que o assunto fosse

apresentado pela Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Isabel Matos. Contudo, referiu que aquelas normas de intervenção sobre a ocupação e utilização de espaços florestais, vincula, de forma direta e imediata os particulares, desde a 1ª revisão ao PDM, na qual já constava as condicionantes para construção em solo rústico e agora com a aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, há necessidade de se fazer este procedimento de alteração por adaptação, sendo essa parte mais específica que Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Isabel Matos irá apresentar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Isabel Matos, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão informou que a alteração por adaptação em causa é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na Lei. Recordou assim, que o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios já foi aprovado quer pela Câmara, quer pela Assembleia Municipal, já foi publicado no Diário da República, já passou pela fase da discussão pública. Decorrente de todos estes procedimentos, aquele Plano já vinculou diretamente os particulares e, no momento, já está a ser aplicado nos projetos de obras particulares pelo que não haveria necessidade de constar também do Plano Diretor Municipal. Acrescentou que, porém, quando houve a 1.ª Revisão ao Plano Diretor Municipal, já existia uma planta de condicionantes, na qual o risco de incêndio tinha duas classes de perigo, classificadas de muito alta e alta. Agora, com a entrada em vigor do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, elaborado pela Câmara, mas com instruções do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, apareceram novas regras, que, em conjunto com a nova legislação que, entretanto, surgiu em 2019, fizeram com que as classes de perigo também fossem mais divididas, em classe



média, baixa ou muito baixa. Assim, no momento existem mais classes em termos de perigosidade no PDM pelo que as regras em termos de construção ou de regularização mudaram e têm que ser cumpridas. Deu como exemplo, o facto de uma construção num espaço que esteja ocupado com floresta ter que deixar, no mínimo, um limite à estrema de 50m, ou seja, em termos de PDM até se pode dar viabilidade de construção, dentro de determinados critérios para construir em espaço rural, espaço agrícola ou espaço florestal, mas devido a este instrumento, se não tiver um afastamento de 50m ao limite do terreno, já não será possível edificar. Por outro lado, se o limite do terreno for ocupado ou confine com espaço agrícola, a distância pode diminuir para os 15m ou para os 10m, consoante a classe de perigosidade, ou seja média, baixa ou muito baixa. Realçou também que a faixa de proteção de que está a falar, ou seja, aquela distância é sempre medida da alvenaria da edificação ou seja, do limite exterior da edificação ao limite do terreno do próprio, o que em termos de construção vai limitar ainda mais a construção em solo rústico, porque só se aplicam estas regras, em solo rústico e que não esteja classificado no PDM como aglomerados dispersos, aglomerados rurais ou como perímetro urbano consolidado e em obras de escassa relevância urbanística. Informou ainda que, uma outra novidade é o facto dos pareceres já não serem vinculativos por parte do ICNF, mas sim de uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta, constituída no mínimo por 20 elementos, entre os quais, para além de outras entidades, os senhores Presidentes de Junta. Finalmente, deu como exemplo que, na primeira reunião desta Comissão foi realizada há cerca de um mês, foram levados por parte do Urbanismo três processos. Um deles respeitante a um arrumo agrícola na Granja de Ançã, com 77 m², que já existia há muitos anos, cujo uso se destina ao apoio à agricultura e que cumpria tudo em termos de PDM, após parecer vinculativo da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, foi indeferido.

Acrescentou que se tratava de um processo para reposição da legalidade que tinha sido incentivado pelos Serviços e que tinha sido desenvolvido em conjunto com o Município porque havia enquadramento e viabilidade. No entanto, a partir do momento em que entraram em vigor aquelas regras, foi indeferido devido ao parecer desfavorável daquela Comissão, porque o anexo é construído no limite do terreno, não deixando nem os 10m, nem os 15m, até ao limite do terreno. Afirmou que o mesmo irá acontecer com construções novas se não cumprirem com estes novos requisitos. Finalizou referindo que aquela alteração por adaptação é obrigatório por lei e tinha que ser feita no prazo de 90 dias, após a entrada em vigor do Plano Municipal da Defesa da Floresta, vindo assim à Assembleia Municipal apenas para conhecimento.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, a maior parte das pessoas não concorda com o novo Plano da Floresta, pelo facto de obrigar a muitas imposições feitas pelo ICNF. Acrescentou existirem situações que têm que ter muitas medidas cautelares relativamente aos incêndios e à Defesa da Floresta, é claro, mas há excessos que ultrapassam a razoabilidade e colidem com outras situações, no caso referido com a questão agrícola, pois nenhum agricultor iria colocar a sua edificação de apoio no meio de seu terreno, mas sim numa das extremas. Acrescentou ainda que estes casos serão inúmeros no país e a solução só poderá passar pela demolição das construções já existentes há largos e largos anos e que servem e que têm servido bem o agricultor, o produtor agrícola ou a qualquer outra pessoa que tenha este tipo de equipamento.-----

----- Retomando a palavra, a Sr.^a Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Isabel Matos, acrescentou que, mesmo numa construção nova, as regras são



de tal forma, que são exigidas da mesma forma, quer seja tanto para uma habitação, como para um simples arrumo agrícola. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Vereador Adérito Machado, o qual informou que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios é composta por 14 elementos que decidem aquelas situações, dos quais 5 são Presidentes de Junta, que não se podem abster, só podendo votar a favor ou contra, sendo no fundo também responsáveis pelo chumbo ou pela aprovação dos projetos. Informou de seguida do facto da Comissão ser constituída por um representante do ICNF, um coordenador operacional municipal, um representante da Guarda Nacional Republicana, um representante das organizações de produtores florestais, um representante da EDP/Distribuição, um representante da Rede Elétrica Nacional, um representante das Infraestruturas de Portugal, um representante do Conselho Diretivo de Baldios da Freguesia da Tocha e um representante da estrutura do Corpo de Bombeiros de Cantanhede, todos com capacidades de avaliar aqueles projetos que os Presidentes de Junta não têm, pois considera que um Presidente de Junta deve ter a sua opinião sobre o que tem e sobre o que sabe, mas tem que ter bases para poder decidir a favor ou contra.-----

----- O Sr. Presidente deu finalmente a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual afirmou perceber todas as complicações em termos de urbanismo, que são muitas, bem como também as complicações para os proprietários e para quem pretende construir e investir no concelho, mas, na verdade contrapondo esse facto com os produtores florestais e com os agricultores, até consegue perceber aquela medida, porque também existem exemplos flagrantes de alguns excessos por parte da construção que prejudicam o agricultor e o produtor florestal. Recordou que os Presidentes de Junta do PSD

alertam sucessivamente para a dificuldade de executar as faixas de gestão de combustível nas vias, na envolvente aos edifícios isolados, na envolvente aos aglomerados populacionais, sendo que uma das questões que, desde logo foi levantada, foi a conflituosidade que iria haver entre a tentativa de impor limpezas de terrenos de faixas de gestão de combustível aos proprietários, coercivamente, em situações em que os edifícios estão ilegais. Assim, afirmou que era expetável que, por um lado fossem onerados os proprietários florestais que têm que limpar faixas de gestão combustível por situações às quais são alheios, mas que também tivesse que ser feito algum contraponto e que tivessem que ser estabelecidos alguns limites à construção desenfreada e muitas vezes ilegal no meio do solo rural ou florestal. Contrapondo, com o exemplo que foi dado, afirmou não fazer sentido que um cidadão que tem um terreno com 2 ou 3 ha em vez de colocar o edifício no meio do terreno e de ser ele a fazer a gestão dos 50ms à sua volta, resolva colocá-lo num canto do terreno porque dá jeito e quem tem que fazer aquela faixa de gestão de combustível são os vizinhos, ou ainda que, o proprietário de um terreno faça uma casa num terreno com 200m de comprido e com 50m de zona urbana a partir da estrada e coloca os arrumos no fundo do terreno junto à parte florestal, quando os poderia fazer na parte de construção urbana obrigando os proprietários florestais a cortar a floresta quando o edifício é que está mal, situações que acontecem e que são realidade no concelho.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção a Assembleia tomou conhecimento.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, o **Ponto n.º 4 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Aquisição de terreno para Parque de Lazer e Estacionamento junto ao Edifício sede da Junta de Freguesia”, o Ponto n.º 5 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União**

das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Passeio na Travessa das Caladas”,
o Ponto n.º 6 – **“Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XVI Feira do Tremoço”** e o Ponto n.º 7 – **“Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã”** tratam de propostas de atribuições de subsídios a Juntas de Freguesia, pelo que solicitou que a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, as apresentasse conjuntamente, sendo posteriormente votadas individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - O Ponto n.º 4 refere-se a um pedido de apoio para aquisição de terreno para a Freguesia de Murtede, destinado ao Parque de lazer e estacionamento junto ao Edifício/Sede da Junta de Freguesia. Referiu que, como todos sabem, a Freguesia de Murtede não tem propriamente uma zona central ou de apoio em termos de Largo e no mesmo local funciona o Salão das Iniciativas Culturais da Freguesia, a Extensão de Saúde e o Jardim de Infância. Acrescentou que a Junta encontrou o terreno certo para adquirir, mesmo em frente, ficando com a possibilidade de, não só fazer ali um estacionamento, mas também um parque de lazer e ainda poder vir a estabelecer uma ligação com mais duas ruas da Freguesia, facilitando a circulação, passando assim uma área de 1900 m² para o domínio público. Referiu ainda que, o terreno foi avaliado pelos serviços municipais, tendo sido proposto em Reunião de Câmara, um apoio de 44 mil euros para fazer face aquela aquisição; - O Ponto 5 a um apoio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, para a construção dos passeios na Travessa das Caladas, em Cantanhede, no valor de 1.291,50 €, para fazer face as despesas com a mão-de-obra, além do material que já tinha sido entregue; - Os Pontos 5 e 6 referem-se a Feiras Gastronómicas,

nomeadamente a XVI Feira do Tremoço e a XVII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã, com a atribuição de subsídio de 1.350,00 € à Freguesia de Cadima, bem como à freguesia da Cordinhã.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o Ponto n.º 4 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Aquisição de terreno para Parque de Lazer e Estacionamento junto ao Edifício sede da Junta de Freguesia”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o Ponto n.º 5 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Passeio na Travessa das Caladas”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o Ponto n.º 6 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XVI Feira do Tremoço”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o Ponto n.º 7 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 8 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de pagamento à União das freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União de Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã, para funcionamento dos Postos de Enfermagem”.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, mais uma vez, o protocolo continua por assinar por parte da ARS, pelo que a única forma de ir ao encontro das necessidades financeiras das Juntas de Freguesia que têm de pagar ao profissional de enfermagem, é levar aquela comparticipação à Câmara e à Assembleia. De seguida solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que a Sr.ª Vereadora do Pelouro da Saúde, Célia Simões, que tem diligenciado junto de algumas entidades para ver se, se consegue chegar a um entendimento, apresentasse o assunto.-----

----- Interveio então de seguida a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, os postos de enfermagem que visitou e nos quais verificou muito dinamismo e muita organização são uma mais-valia para os munícipes pelo que ficou ainda com mais vontade que fossem para a frente. Informou ainda ter falado com algumas pessoas, nomeadamente, com a Dr.ª Rosa Reis Marques que garantiu que, se houvesse um esforço concertado das pessoas que estão no terreno, nomeadamente, dos responsáveis pelas Unidades de Saúde, entre outros do Sr. Enf.º Idálio, da Sr.ª Enf.ª Madalena Maia, do Dr. Carlos Ordens e da Sr.ª Enf.ª Lucinda, com os esforços que o Município já faz a que acrescem os recursos materiais e de recursos humanos, de modo a elaborar um projeto no sentido dos Postos de Enfermagem virem a ser uma mais valia. Acrescentou que a aquele projeto, constitui uma melhoria substancial, passando de 6 para 9 postos com o objetivo de cobrirem a totalidade do concelho e não apenas as freguesias onde se encontram. Explicou esse aumento pelo facto de, por exemplo, que o Posto da Sanguinheira não atende só os utentes daquela Junta de Freguesia, mas também os de Cadima e da Tocha. Acredita que está tudo muito bem estudado, encontrando-se o projeto já numa fase final, faltando apenas reunir com os Presidentes da Junta, para

depois levar o projeto ao conhecimento final da Sr.^a Enf.^a Lucinda e do Dr. Carlos Ordens e finalmente à Dr.^a Rosa Reis Marques. Mostrou-se confiante que será uma mais-valia e afirmou que as Unidades de Saúde ficaram muito motivadas com o trabalho de parceria que será efetuado com os enfermeiros que estão nos postos de enfermagem e os enfermeiros que estão nas Unidades de Saúde. Assim, considerou ainda que é de louvar aquelas diligências e a manutenção dos postos de enfermagem por parte do Município, bem como do referido apoio que é dado. Agradeceu, de seguida às Juntas de Freguesia que estão, de facto, a adiantar o pagamento mensal aos enfermeiros, que no total representa no momento o valor de 5.747,42 €, que deixa à consideração da Assembleia.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o Ponto n.º 8 - **“Apreciação, discussão e votação da proposta de pagamento à União das freguesias de Cantanhede e Pociça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União de Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã, para funcionamento dos Postos de Enfermagem”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, o Ponto n.º 9 – **“Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XVI Feira do Tremoço”**, o Ponto n.º 10 – **“Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XVII Feira do Vinho e da Gastronomia”**, o Ponto n.º 11 – **“Apreciação, discussão e votação**



da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XIII Semana Cultural e Gastronómica da Freguesia da Sanguinheira”, o Ponto n.º 12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença Especial de Ruído / Marchas Populares”, o Ponto n.º 13 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Marchas Populares e Baile de S. João”, o Ponto n.º 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento de Prova Desportiva / XIV Passeio de BTT e Caminhada Caminhos do Tremoço” e o Ponto n.º 15 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licenciamento de Prova Desportiva / 4.ª Corrida e Caminhada duas Léguas Gandaresas” tratam de propostas de isenções de taxas às Juntas de Freguesia, pelo que solicitou que a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, as apresentasse conjuntamente, sendo posteriormente votadas individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - O Ponto n.º 9 , referente à XVI Feira do Tremoço refere-se a uma isenção do pagamento de taxas para a Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e para a licença especial de ruído, no valor de 92,93 €; - O Ponto 10, referente à Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã, também para uma isenção do pagamento de taxas para a Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e para a licença especial de ruído, no valor de 131,23 €; - O Ponto 11, referente à XIII

Semana Cultural e Gastronómica da Freguesia da Sanguinheira, para os mesmos efeitos, uma isenção no valor de 101,76 €; - O Ponto 12, referente às Marchas Populares da Vila de Ançã, para a Licença Especial de Ruído, o valor de 8,83 €; - O Ponto 13, referente às Licenças destinadas Às Marchas Populares e Baile de S. João na Vila e Freguesia de Febres, no valor de 45,78 €; - O Ponto 14, referente às licenças para o XIV passeio BTT e Caminhada Caminhos do Tremoço, isenção do pagamento das taxas no valor de 17,68 € e, finalmente, destinada à IV corrida e Caminhada Duas Léguas Gandaresas, na Freguesia da Sanguinheira uma isenção de taxas destinada ao licenciamento do evento desportivo no valor de 17,68 €.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto n.º 9 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XVI Feira do Tremoço”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto n.º 10 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XVII Feira do Vinho e da Gastronomia”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto n.º 11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XIII Semana Cultural e Gastronómica da Freguesia da Sanguinheira”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;



----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto n.º 12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença Especial de Ruído / Marchas Populares”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto n.º 13 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Marchas Populares e Baile de S. João”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto n.º 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento de Prova Desportiva / XIV Passeio de BTT e Caminhada Caminhos do Tremoço”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto n.º 15 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licenciamento de Prova Desportiva / 4.ª Corrida e Caminhada duas Léguas Gandaresas”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 16 – “Relação das isenções das taxas municipais concedidas durante o 1.º semestre de 2019 pela Câmara Municipal de Cantanhede / Para conhecimento”**.-----

----- Retomou a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, informou que, no período de 4 de dezembro de 2018 a 4 de junho de 2019, as isenções concedidas a entidades tão diversas, como, por exemplo, a Associação Columbófila

Cantanhedense, o Instituto de emprego e Formação Profissional, os Agrupamento de Escolas, Grupos Folclóricos, a Associação de Futebol de Coimbra, a AEC, o Sporting Clube Povoense, a Associação de Enxofães, entre outros, só num semestre ascendem quase a 40.000,00 €, concretamente a 39.635,06 €, demonstrando mais uma vez o que pequenas verbas podem ter em termos de efeito global no orçamento.-

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de aceitação da transferência de competências na CIM-RC nos domínios da saúde, da educação e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores”;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, neste caso concreto, se propõe a aceitação daquelas transferências para a Comunidade Intermunicipal. Ao nível da Educação, porque passará, a ser da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transportes escolares. Aproveitou para informar que, das reuniões sobre transportes em que esteve presente, depreendeu que será o fim do transporte particular que as IPSS’s e as Juntas fazem para os municípios, porque, nesse caso, o Município de Cantanhede não terá alternativa e terá de entregar tudo à Comunidade Intermunicipal, apesar de que, no momento, grande parte daqueles transportes já serem feitos pela carreira regular. Como todos sabem, Cantanhede não tem os problemas que existem noutros municípios, porque o transporte escolar, nomeadamente, das crianças da Secundária e da EB 2,3, é efetuado pelo transporte regular e depois o valor dos passes é controlado pelo Agrupamento de Escolas e pela Divisão de Educação, sendo depois transferido aquele mesmo valor. Acrescentou que aquela situação só se altera quando

possam existir algum tipo de rotas que não sejam rentáveis para a empresa e aí, tem de haver alguma compensação do Município em função dos valores normais que são atribuídos. Informou ainda que, com o encerramento de algumas escolas e de acordo com a Lei, o Município tem que assegurar o transporte das crianças e isso tem sido feito através das IPSS's e de algumas Juntas de Freguesia com as carrinhas e com transporte muito mais particular. Afirmou não estar preocupada com os transportes das crianças mais velhas, mas sim com aquele específico de que falou por se tratarem de crianças muito jovens. Explicou que, com o encerramento de algumas escolas nas Freguesias, foram feitos acordos com as IPSS's e depois houve o concurso geral, sendo o valor dado à empresa negociado em casos muito específicos com as instituições. No caso concreto, relativamente às IPSS's e às Juntas de Freguesia, vão buscar as crianças mais pequenas a casa de algum familiar e no caso das refeições, se não houver refeitório, a própria IPSS na hora de almoço vai buscar a criança, levá-la ao refeitório e volta a trazê-la. Com este concurso geral que irá decorrer, de forma obrigatória, a única alternativa era que cada IPSS ou Juntas de Freguesia se transformassem em entidade de transporte, o que não vai acontecer. Agora, todas as crianças de qualquer Freguesia, a partir dos 6 anos, terão que se levantar, ir para a paragem do autocarro para o transporte e voltar da mesma forma, não se sabendo ainda se existirá algum tipo de acompanhamento para aquelas crianças por parte da empresa. Considera assim, ser uma situação extremamente delicada e complicada, mas não há forma de a ultrapassar. O mesmo irá acontecer com as refeições escolares, que serão também por concurso público, apesar de existirem situações, sobretudo em algumas escolas mais pequenas em que, não é tão rentável para as empresas, como também não é prático pela falta de refeitório. Relativamente à questão da qualidade daquele serviço, pensa saber o que vai acontecer e preocupa-

se com a questão da sustentabilidade de muitas IPSS's porque não estavam a ganhar mais do que deviam e como o valor era exatamente o mesmo, só se acrescentava o apoio em termos de ATL e do transporte quando prestavam aqueles serviços. Recordou que aquelas IPSS's já tinham uma estrutura a funcionar e ficam numa situação delicada e dramática do ponto de vista financeiro, porque por poucos que fossem os apoios concedidos, para elas eram muito representativos. Acrescentou que os concursos serão sobretudo internacionais, pelo que será um pouco difícil conseguirem rotas rentáveis consoante os sítios onde terão que ir levar e buscar as crianças. No entanto, segundo informação da CIM, essas mesmas empresas poderão fazer acordos com táxis, para poderem depois fazer esse tipo de serviço. Afirmou que o que quer é que o serviço seja bem feito, não se estando constantemente a pôr a questão dos valores, valores esses que não vão fazer descer, de maneira alguma, a questão da despesa. De seguida afirmou que, também a questão da formação profissional é uma área a transferir para a Comunidade Intermunicipal pois considera salutar e perfeitamente perceptível e compreensível que possa haver uma definição global e uma estratégia de ensino articulado entre os Municípios e a própria região, em termos de ofertas profissionais. Assim, concorda ainda que a CIM possa ter um envolvimento interessante na ação social com a organização dos recursos e com a colaboração na elaboração das cartas sociais, bem como na área da saúde, podendo partilhar entendimentos sobre a definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e nas unidades de cuidados continuados. Recordou qual foi a sua opinião sobre aquelas áreas desde a primeira hora, quando inicialmente Cantanhede foi o único Município a recusá-la e, de seguida, também Coimbra acabou por chumbar aquela transferência de uma outra forma, bem como o entendimento de que as transferências deveriam ser analisadas e feitas de outra forma. Neste caso, considera



----- Continuação da Ata n.º 4/2019, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede realizada no dia 27 de junho de 2019.-----

que a Comunidade Intermunicipal, em muitas áreas, está a fazer um excelente trabalho, podendo haver situações em que o Município possa ficar melhor assessorado, se for através de um grupo técnico da Comunidade. Esclareceu, de seguida que, quando falou dos aspetos negativos dos transportes, nada tinha a ver com o facto de ser a CIM a avançar com aquele concurso mas sim com a Lei que lhe está subjacente e que a isso obriga, porque poderiam passar a ser os Municípios a ter os seus transportes, mas teriam que se tornar autoridade de transporte local e não estão vocacionados para isso, tal como acontece com as Juntas de Freguesia ou as IPSS. Finalmente recordou que a proposta levada à Câmara foi a aceitação daquelas transferências para a Comunidade Intermunicipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Carlos Negrão, o qual antes de intervir sobre o tema em debate agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Ançã, Cláudio Cardoso, pelo "miminho" com que presenteou todos os presentes e desejou-lhe as maiores felicidades no concurso das 7 Maravilhas Doces de Portugal e acrescentou que, obviamente, vai votar e telefonar. Relativamente ao tema que está em discussão sobre a transferência de competências, recordou que a posição da CDU sobre aquela matéria é sobejamente conhecida, pelo que, se mantêm fiéis às opções tomadas em Assembleias Municipais anteriores contra a delegação de competências para as autarquias nas suas diversas vertentes. De seguida, de forma a reforçar essa tomada de decisão por parte da sua bancada fez a seguinte intervenção: *"Gato escaldado, de água fria tem medo." "Sacudir a água do capote." "Não vá o sapateiro além da chinela." "Cautelas e caldos de galinha, nunca fizeram mal a ninguém." São expressões que podem servir para caracterizar o denominado*

processo de descentralização que o governo do PS pretende concretizar, sem descolar do essencial da política do PSD e CDS nesta matéria. Gato escaldado de água fria tem medo, repito, porque os governos que se têm sucedido, têm usado e abusado de indefinições, de pressões, de chantagens e da sonegação de recursos financeiros que as autarquias locais teriam pleno direito. Sacudir a água do capote, porque o governo minoritário do PS avança com um denominado plano de descentralização para as autarquias, em que pretende transferir um conjunto de competências com destaque para as áreas da educação e saúde, ao mesmo tempo que não continua a cumprir a lei de finanças locais, alinhado com uma sucessiva redução do investimento público e o alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. Não vá o sapateiro para além da chinela, porque o estabelecimento de um quadro claro de delimitação de competências e atribuições entre os diversos níveis da administração, é um pressuposto essencial de qualquer política que aposte no reforço do poder local democrático, evitando confusões e sobreposições, em que o governo põe os municípios a financiar investimentos que são da sua exclusiva responsabilidade. Governos que não só incumprem as leis das finanças locais, como também, eventualmente até recebem subsídios das autarquias. Cautelas e caldos de galinha, nunca fizeram mal a ninguém e por isso defendemos que primeiro devem ser definidas as regras e depois se pode discutir as competências que devem ser acompanhadas dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções em causa, visando uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações. Devem caber ao Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade, no acesso aos



bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural, defendendo o serviço público e combatendo a sua privatização, quer seja direta ou indiretamente. Ao local o que é do local. Ao central o que deve permanecer no central. E ao regional, o que tem de ser para o regional. A inexistência de autarquias de nível médio, as regiões administrativas, que não são substituíveis pelas CIM - Comunidades Intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização, que é urgente resolver. A questão principal colocada, após sucessivos anos de asfixia financeira, não é acrescentar competências, mas sim criar condições para o exercício pleno das atribuições e competências que estão atualmente cometidas, sendo que a "mochila" financeira que acompanhar o processo, deve partir da base do que devia ter sido o cumprimento dos montantes previstos na lei e não partir do subfinanciamento atual. Defendemos a transferência do poder de decisão e não a mera transferência da obrigação de execução. São coisas totalmente distintas. Combatemos a ideia de que não pode haver aumento da despesa pública no âmbito do processo de descentralização, pois a situação que se vive é de subfinanciamento de falta de recursos e de tentativa de degradação dos serviços públicos. É indispensável a aprovação de uma nova Lei das Finanças Locais que reponha a capacidade financeira e a autonomia, respeitando o princípio constitucional da justa repartição de recursos. É necessário eliminar os constrangimentos à gestão e à capacidade operativa das autarquias. É urgente devolver às freguesias roubadas às populações e criar e instituir as regiões administrativas. Os ataques ao Poder Local têm sido desferidos das mais diversas formas e das mais variadas vertentes. A direita assumida e a política de direita exercida tem procurado desvirtuar e destruir o Poder Local enquanto fruto e consequência de abril e enquanto resultado da força criadora dos trabalhadores,

das populações e dos eleitos. É necessário combater os que querendo reconfigurar o estado, querem destruir o poder local, criando um espaço amplo de unidade em defesa do Poder Local de Abril. Tudo isto passa pelo nosso poder de iniciativa, até porque a defesa de uma verdadeira descentralização integra o conteúdo do projeto autárquico que preconizamos e aplicamos. O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira. Não podem deixar de ser considerados nesta avaliação, o conjunto de riscos no ato de promulgação dos referidos diplomas, traduzidos em: Dúvidas sobre a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições, até este momento da Administração Central; Preocupação de que essa transferência de poder seja lida como mero alijar de responsabilidades do Estado; Real possibilidade desta Lei agravar as desigualdades entre autarquias locais; Dúvidas sobre a exequibilidade do aprovado por indefinição dos riscos financeiros subjacentes; Reconhecimento do afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que o seu papel é essencial. O público reconhecimento destes riscos, é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei. Em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias, competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensão dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local. Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e da natureza do processo, este facto só por si, justificava que o Município rejeitasse responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros.

Aliás, é o próprio Município de Cantanhede, que para justificar a não aceitação de todas as competências que o governo lhes quer atribuir, reconhece que há ainda indefinições de valores e de responsabilidades a assumir. Vai esta constatação do executivo ao encontro dos argumentos da CDU para a rejeição global dos diplomas. Contudo, a Câmara não é consentânea com o que proclama, caindo, aliás, numa contradição insanável. Pois se existe este reconhecimento de indefinições dos valores e das responsabilidades a assumir, porque aceita umas competências e não aceita outras. Esta duplicidade de decisão política revela uma evidente e manifesta falta de coerência pelo calculismo e avaliação casuística de que se reveste. As competências que aceita, justifica-as a Câmara "com os programas já desenvolvidos pelo Município". Ora, essa devia ser verdadeiramente o argumento para as rejeitar, na medida em que tem essas competências em execução, sem necessidade dos diplomas de descentralização. A lei, para esses casos não vem acrescentar nada, assim sendo o Município afirmava a sua autonomia e a pujança e dinâmica do poder local, rejeitando-as. Mas não, para o que der e vier, é mais confortável ter um pé dentro e outro fora. A apreciação geral sobre o processo e o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses, quer da autarquia, quer da população, se rejeitasse a assunção, das novas competências. Ficou o Executivo numa posição híbrida, titubeante, uma no cravo, outra na ferradura. Este é o momento de reclamar. O início de um processo sério de descentralização, inseparável da consideração da criação das regiões administrativas; a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações; o encetar de um processo de reforço da capacidade financeira dos

Municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno, daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos; a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, que não comprometam direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para uma desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia, quer da população, vote contra as propostas de aceitação de competências já assumidas pelo Executivo e, em coerência, vote favoravelmente as propostas de rejeição que o Executivo deliberou, lamentando que lhe tenha faltado a coragem para assumir a rejeição global de todos os diplomas." -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual recordou que a transferência de competências encontra-se genericamente prevista na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, a qual concretiza também os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Acrescentou que o artigo n.º 4 referente à transferência de novas competências, à identificação da respetiva natureza e à forma de afetação dos respetivos recursos, refere que serão concretizadas através de diplomas legais de âmbito sectorial. Recordou ainda que, no momento estão a analisar a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da Educação, da Saúde e

do transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, competências que a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra volta a defender, como defendeu em janeiro, que as aceita, porque quando se tratam de exemplos do reforço e do aprofundamento da autonomia local, apresentando um modelo de transformação de funcionamento de Estado e aproximação dos cidadãos às empresas e que as entidades intermunicipais, enquanto elemento de reforço de cooperação entre os municípios de determinada região, têm por essa via e nesse espaço geográfico, uma eficácia na decisão e ação fundamentais, sendo fulcral a sua intervenção ao nível da concertação dos principais intervenientes nas áreas em questão. Considera assim que, a sua atuação e estratégia na gestão integrada de promoção do potencial económico e dos seus municípios é fundamental no sentido do esbatimento das assimetrias regionais e para a reversão da tendência da diminuição populacional. Todavia e como já foi elencado e anunciado pela Câmara Municipal de Cantanhede, aquando das deliberações anteriores acerca transferência de competências para o Município, trata-se de um processo de grande complexidade e, em particular, a saúde e a educação, que são duas áreas muito complexas, cujas repercussões são ainda relativamente imprevisíveis para as autarquias locais, considerando pouco sensato decidir à pressa sobre um assunto tão vasto e com tantas implicações. Recordou que foi feita uma análise atenta e aprofundada a cada uma daquelas matérias e sem conhecer em concreto os custos que o processo acarreta, nomeadamente, através do estudo económico-financeiro justificativo. Quase parafraseando, o Membro da Assembleia, Carlos Negrão, afirmou que o que se verifica na prática, é que não se transferem verdadeiras competências, transferem-se parte dos encargos, parte do pessoal, parte do património, parte da gestão corrente e tudo isto sem que seja transferido qualquer poder decisório e sem que sejam transferidas receitas de cada

área, criando dificuldades de articulação orgânica, onerando os municípios com despesas para as quais não estão capacitados e com funções que em muitos escassos são inevitavelmente do Estado central. Afirmou assim não se tratar sequer de uma questão de opinião, mas de garantir que o orçamento...-----

----- Foi interrompida a sessão da Assembleia Municipal, devido a uma súbita indisposição por parte do membro da Assembleia Municipal, Carlos Negrão, situação que se mostrou de grande gravidade, tendo o mesmo sido prontamente assistido pelos profissionais de saúde presentes na sala e que constituem os órgãos municipais. Foram realizadas de imediato manobras de suporte básico de vida até à chegada dos Técnicos do INEM, que iniciaram o suporte avançado de vida até à sua estabilização e evacuação para unidade hospitalar. Face à complexidade e preocupação que a situação suscitava, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, João Moura, suspendeu os trabalhos, os quais foram retomados decorridas cerca de duas horas e meia. -----

----- Pelas 20,00 horas, foram retomados os trabalhos, em ambiente de alguma consternação, tendo sido aceite por todos os presentes que os assuntos seriam apresentados de forma breve e concisa e colocados à votação, sem intervenções de cariz político.-----

----- Retomando o **Ponto n.º 17 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de aceitação da transferência de competências na CIM-RC nos domínios da saúde, da educação e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores”**, que tinha sido interrompido, e não havendo mais qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 13 abstenções por parte de todos os



Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão e 17 votos a favor dos restantes elementos.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 18 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação da transferência de competências na Câmara Municipal nas áreas da educação, saúde, transportes em vias navegáveis e áreas portuárias”.**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação da transferência de competências na Câmara Municipal nas áreas da educação, saúde, transportes em vias navegáveis e áreas portuárias”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 24 votos a favor e 6 votos contra.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 19 - “Apreciação, discussão e votação da proposta das competências das Freguesias – Manutenção Parcial do Município / Artigo 2.º, n.º 3 e n.º 4, artigo 5.º e artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril”.**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto n.º 19 - “Apreciação, discussão e votação da proposta das competências das Freguesias – Manutenção Parcial do Município / Artigo 2.º, n.º 3 e n.º 4, artigo 5.º e artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril”**, tendo sido aprovado por Unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 20 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Póvoa da Lomba, a celebrar com a União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, a Associação Bem-Estar Nossa Senhora das Neves e o Sporting Clube Povoense”.**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto n.º 20 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Póvoa da Lomba, a celebrar com a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariza, a Associação Bem-Estar Nossa Senhora das Neves e o Sporting Clube Povoense”**, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 21 - “Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede / Ano de 2019”**;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto n.º 21 - “Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede / Ano de 2019”**, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 22 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento das Normas de Controlo Interno do Município de Cantanhede”**;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto n.º 22 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento das Normas de Controlo Interno do Município de Cantanhede”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 23 - “Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede do ano económico de 2018”**;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto n.º 23 - “Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas**

do Município de Cantanhede do ano económico de 2018”, tendo sido aprovado por maioria com 23 votos a favor e 7 abstenções;-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto n.º 24 - “Apreciação, discussão e votação da 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2019”;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto n.º 24 - “Apreciação, discussão e votação da 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2019”, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 21h00 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente: *João Moura*

----- O Primeiro Secretário: *José Maria Maia Jesus*

----- A Segunda Secretária: *Fátima do Carmo de Jesus Cantanhede*